Coletânea de Resumos

UM PRODUTO À LUZ DA CONTRIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR

César Costa Vitorino
Marcia Torres Neri Soares
(orgs.)

BRAZIL PUBLISHING

César Costa Vitorino
Marcia Torres Neri Soares
organizadores

COLETÂNEA DE RESUMOS:
um produto à luz da contribuição interdisciplinar

Ana Paula Araújo Lopes
Izabel Cristina Lima Dias Alves
Janara Aparecida Teixeira Batista
Karine das Neves Paixão Silva
Lousana de Jesus Santana
Maria Lúcia de Fátima Calabria
Marinalva de Souza Teixeira Silva
Mario Antônio Santana de Oliveira
Sebastiana Maria Ribeiro da Silva
Valéria Antunes Dias
autores

Curitiba / Brasil
2019

Editora Brazil Publishing

Conselho Editorial Internacional

Presidente:

Rodrigo Horochovski (UFPR - Brasil)

Membros do Conselho:

Anita Leocadia Prestes (Instituto Luiz Carlos Prestes - Brasil)
Claudia Maria Elisa Romero Vivas (Universidad Del Norte - Colômbia)
Fabiana Queiroz (UFLA - Brasil)
Hsin-Ying Li (National Taiwan University - China)
Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS - Brasil)
José Antonio González Lavaut (Universidad de La Habana - Cuba)
José Eduardo Souza de Miranda (Centro Universitário Montes Belos - Brasil)
Marilia Murata (UFPR - Brasil)
Milton Luiz Horn Vieira (UFSC - Brasil)
Ruben Sílvio Varela Santos Martins (Universidade de Évora - Portugal)

Comitê Científico da Área Ciências Humanas

Presidente: Prof. Dr. Fabrício R. L. Tomio (UFPR – Sociologia)
Prof. Dr. Nilo Ribeiro Júnior (FAJE – Filosofia)
Prof. Dr. Renee Volpato Viaro (PUC – Psicologia)
Prof. Dr. Daniel Delgado Queissada (UniAGES – Serviço Social)
Prof. Dr. Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA – Sociologia)
Prof. Dra. Marlene Tamanini (UFPR – Sociologia)
Prof. Dra. Luciana Ferreira (UFPR – Geografia)
Prof. Dra. Marlucy Alves Paraíso (UFMG – Educação)
Prof. Dr. Cezar Honorato (UFF – História)
Prof. Dr. Clóvis Ecco (PUC-GO – Ciências da Religião)
Prof. Dr. Fauston Negreiros (UFPI – Psicologia)
Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel – Sociologia)
Prof. Dr. Mario Jorge da Motta Bastos (UFF – História)
Prof. Dr. Israel Kujawa (PPGP da IMED – Psicologia)
Prof. Dra. Maria Paula Prates Machado (UFCSPA- Antropologia Social)
Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho (GIEESAA/UFRJ – Biociências e Saúde)

Sandra Heck
Editor-Chefe

Valdemir Paiva
Editor

Everson Ciriaco
Coordenador Editorial

Brenner Silva
Diagramação e Projeto Gráfico

Paula Zettel
Capa

Rodrigo Martins e Julia Caetano
Revisão Editorial

A autora
Revisão de Texto

DOI: 10.31012/978-65-86854-23-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINASZ, CRB9 / 626

C694 Coletânea de resumos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar [recurso eletrônico] / organização de César Costa Vitorino, Marcia Torres Neri Soares – Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

Vários colaboradores

ISBN 978-65-86854-23-7

1. Educação – Resumos. 2. Vulnerabilidade social. 3. Inclusão. 4. Terrorismo. 5. Movimentos sociais. 6. Paz. I. Vitorino, César Costa (org.). II. Soares, Marcia Torres Neri (org.).

CDD 370 (22.ed)
CDU 370

© Editora Brazil Publishing
Presidente Executiva: Sandra Heck

Rua Padre Germano Mayer, 407
Cristo Rei - Curitiba PR - 80050-270
+55 (41) 3022-6005

www.aeditora.com.br

Apresentação

A Coletânea de Resumos: um *produto à luz da contribuição interdisciplinar* tem por objetivo compartilhar registros de Colóquios e Seminários interdisciplinares realizados pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb)/*Campus* XI Serrinha, sob o olhar de estudantes de sua I Turma, com ingresso em 2019.1.

Partejam a existência deste mestrado a preocupação e o compromisso com pesquisas interventivas, por isso, cada trabalho permite articular contribuições dos palestrantes à aplicabilidade dos projetos em andamento. De caráter interdisciplinar, promove a saída do saber ensimesmado para ocupar-se de oportunizar contato com diferentes áreas do conhecimento, haja vista as formações iniciais dos convidados, bem como dos próprios autores dos RESUMOS. Além disso, cumprem o necessário fortalecimento da organização e divulgação de produtos, sob caráter mais acadêmico e reflexivo.

Integram o volume **4 eixos** correspondentes aos temas trabalhados. O **eixo 1** aborda a *Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade*; protagonizado pela profa. Dra. Elisângela Maura Catarino e pelo prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação, as discussões pairam sobre aspectos bem incorporados ao discurso politicamente correto, conquanto carentes de mudanças nas práticas voltadas às pessoas em condição de vulnerabilidade de toda ordem, a exemplo de pessoas com deficiência e em situação de pobreza. Ao abordar o *Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz*, o **eixo 2**, nas vozes do prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro e do Prof. Dr. Paulo Cezar Borges Martins, problematiza o conceito de terrorismo, tanto do ponto de vista das contribuições de diferentes autores em contextos históricos variados, quanto de seu atravessamento pelas questões territoriais. Do poema, ao abrir as discussões, às reflexões sobre a paz, o momento permite enxergar o terrorismo sob vertentes inusitadas. No **eixo 3**: *Trabalho, educação e Gênero no contexto contemporâneo*, as professoras

Dra. Elisete Santana da Cruz França e Dra. Telma Lima Cortizo falam de si, mulheres, professoras, acadêmicas e de suas resiliências pessoais e profissionais na constituição do saber acadêmico, em especial do fazer teórico-metodológico a inspirar seus trabalhos. O **eixo 4**, denominado *Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas*, é campo de resistência, de luta e da demarcação sempre necessária do reconhecimento de diferentes sujeitos. São as professoras Dra. Isabelle Sanches Pereira e Dra. Janeide Bispo dos Santos a ecoarem o som de suas vozes e de tantas outras invisibilizadas e marginalizadas em nosso cotidiano.

Os resumos elaborados pelos mestrandos(as), embora se dediquem aos registros dos mesmos acontecimentos, carregam a diversidade do olhar de suas autoras e autores. São, portanto, cingidos do modo peculiar de ver diferentes objetos de estudo, sob variadas lentes de aumento. Se constituem, ainda, uma oportunidade àqueles que não tiveram o privilégio de ouvir posicionamentos e debates acerca de temas tão variados e atuais. Eis, então, o convite à leitura e composição de novos olhares a partir das impressões leitoras. Esta é, senão, mais uma rica forma de divulgação de trabalhos oriundos de Mestrados Profissionais, agora acessíveis nesta Coletânea, disponibilizada a *todxs*.

Palavras-chave

EIXO 1 – Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade
Vulnerabilidade Social. Inclusão. Contemporaneidade. Movimentos Sociais. Políticas Públicas.

EIXO 2 – Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz
Terrorismo. Paz. Cultura. Territorialidade e Identidade. Modernidade.

EIXO 3 – Trabalho, educação e Gênero no contexto contemporâneo
Trabalho. Educação. Gênero. Saber Docente e Contemporaneidade. Masculinidades e Feminilidades.

EIXO 4 – Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas
Culturas. Territorialidade. Identidades. Relações Étnico-raciais. Descolonização

Coletânea de Resumos

Um produto à luz da contribuição interdisciplinar

EIXO 1 – Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade
***Convidada e Convidado*:** Profa. Dra. Elisângela Maura Catarino e Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação

EIXO 2 – Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz
***Convidados*:** Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro e Prof. Dr. Paulo Cezar Borges Martins

EIXO 3 – Trabalho, educação e Gênero no contexto contemporâneo
***Convidadas*:** Profa. Dra. Elisete Santana da Cruz França e Profa. Dra. Telma Lima Cortizo

EIXO 4 – Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas
***Convidadas*:** Profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira e Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos

Sumário

EIXO 1 - Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade 10
Ana Paula Araújo Lopes 11
Izabel Cristina Lima Dias Alves 14
Janara Aparecida Teixeira Batista 16
Karine das Neves Paixão Silva. 18
Lousana de Jesus Santana 20
Maria Lúcia de Fátima Calabria 22
Marinalva de Souza Teixeira Silva 24
Sebastiana Maria Ribeiro da Silva 29
Valéria Antunes Dias. 31

EIXO 2 - Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz 34
Ana Paula Araújo Lopes 35
Izabel Cristina Lima Dias Alves 38
Janara Aparecida Teixeira Batista 41
Karine das Neves Paixão Silva. 42
Marinalva de Souza Teixeira Silva 47
Mario Antônio Santana de Oliveira 49
Sebastiana Maria Ribeiro da Silva 51
Valéria Antunes Dias. 52

EIXO 3 - Trabalho, educação e Gênero no contexto contemporâneo 54
Ana Paula Araújo Lopes 55
Izabel Cristina Lima Dias Alves 59
Janara Aparecida Teixeira Batista 62
Karine das Neves Paixão Silva. 64
Lousana de Jesus Santana 66
Maria Lúcia de Fátima Calabria 68
Marinalva de Souza Teixeira Silva 70
Mario Antônio Santana de Oliveira 72
Sebastiana Maria Ribeiro da Silva 74
Valéria Antunes Dias. 76

EIXO 4 - Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas 78
Ana Paula Araújo Lopes 79
Izabel Cristina Lima Dias Alves 82
Janara Aparecida Teixeira Batista 86
Karine das Neves Paixão Silva. 87
Maria Lúcia de Fátima Calabria 89
Marinalva de Souza Teixeira Silva 91
Mario Antônio Santana de Oliveira 93
Sebastiana Maria Ribeiro da Silva 97
Valéria Antunes Dias. 99

EIXO 1

Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade

Ana Paula Araújo Lopes

Aconteceu no dia 04 (quatro) de julho do ano de 2019 o I Colóquio Interdisciplinar, cujo tema foi "Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade", na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação, Campus XI, no Auditório Prof. Dr. Roberto Sidnei, ministrado pelo Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Profa. Dra. Elisângela Maura Catarino do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), os quais trouxeram contribuições de fundamental importância para a nossa formação enquanto pesquisadores embrionários, profissionais e sujeitos sociais. O referido evento se constituiu uma atividade interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES) da UNEB/Campus XI e contou com a participação dos estudantes do Mestrado, dos estudantes da graduação dos cursos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia, com o corpo técnico e docente da Universidade. Nesse sentido, o objetivo do I Colóquio se constituiu em refletir sobre as condições de vulnerabilidade dos diferentes grupos sociais em situação de risco, bem como, pensar a lógica da inclusão no contexto contemporâneo. No contexto das abordagens, os palestrantes trouxeram para o centro do debate questões emergentes e necessárias para uma reflexão coletiva. Implicados com a temática em questão, os palestrantes iniciaram trazendo os seus lugares de fala, suas vivências, experiências e implicações com a temática. No conjunto das provocações, fomos convidados a refletir sobre as bases epistemológicas da palavra "vulnerabilidade", que advém do latim "vulnerabilis", e significa: "o que pode ser ferido ou atacado" ou suscetibilidade de ser ferido. Pensando por essa lógica, precisamos questionar quem são os vulneráveis da nossa sociedade ou quem são os sujeitos marginalizados (que estão à margem), os mais feridos e atacados pela lógica do capital financeiro. No bojo das discussões, foi dado um enfoque para os sujeitos considerados marginalizados, tais como: os negros, as mulheres, os jovens em situação de risco e as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE's), no entanto, se observarmos as estatísticas, a negação e as lacunas das políticas públicas,

perceberemos que os povos de comunidades tradicionais (ribeirinhos, assentados, acampados, quilombolas) e a comunidade LGBT constituem, também, conjunto dos chamados sujeitos sociais vulneráveis. O fenômeno da invisibilidade perpassa por alguns filtros. Concatenado a isso é perceptível que a violência social possui cor, classe social, idade e gênero. As políticas públicas precisam avançar com mais eficiência, sair do papel e alcançar a realidade e o patamar destes sujeitos. Nesse sentido, é fundamental compreender o papel do Estado enquanto uma das principais saídas na tentativa de amenizar as desigualdades e as disparidades entre os diversos grupos sociais, por meio da discussão, sistematização e criação de políticas públicas efetivas. Em contrapartida, a sociedade civil e os movimentos sociais, de modo geral, precisam estar atentos, pautando e fiscalizando os órgãos responsáveis no processo da garantia dos direitos à moradia, saúde, educação, segurança pública, gratuita e de qualidade. Diante do exposto, precisamos, também, trazer a Universidade no centro do debate, para que, enquanto instituição pública, possa tanto cumprir o seu papel social, fomentando cada vez mais o debate em torno da construção e consolidação de políticas públicas para esses sujeitos, quanto derrubar os muros do academicismo e desenvolver ações e pesquisas interventivas que contribuam para a construção da autonomia dos sujeitos enquanto protagonistas de suas histórias e para a transformação das suas realidades locais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Colóquio interdisciplinar. MPIES. Políticas públicas.

Referências

AYRES, J. R. C. M et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-140, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde –** PNH: 2012-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Decreto n. 7.053 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

FRANÇA, E. S. da C.; MESSEDER, S. A. **Masculinidades como se constitui no âmbito social?** V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 10 anos. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA32_ID72_15072017162821.pdf. Acesso em 29 fev.2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos - Modalidade a Distância. Atenção a homens e mulheres em situação de violência [recurso eletrônico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

Izabel Cristina Lima Dias Alves

O presente resumo tem como objetivo retratar os temas vulnerabilidade social e inclusão, apresentados pelos pesquisadores, o professor Dr. Marcelo Máximo da Purificação e a professora Dra. Elizangela M. Catarino, durante o I Colóquio Interdisciplinar Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade, realizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Inicialmente, foram compartilhados, pelo professor Marcelo Purificação, alguns conceitos de vulnerabilidade dentre eles ***vulnerare*** como palavra latina que indica suscetibilidade em ser ferido. Apresentou, posteriormente, o conceito de vulnerabilidade social como algo complexo e multifacetado. Esta complexidade pode ser atrelada ao fato de não ser direcionada a apenas um grupo, mas sim às minorias representadas por ele, nessa ocasião pelos negros, índios mulheres e jovens. Ao retratar esses grupos, deixou explícitas a desvalorização e a falta de perspectivas para esse público no momento. Ainda para complementar as suas reflexões, trouxe suas experiências e a partir delas discutiu os determinantes e condicionantes, os quais contribuem efetivamente para a compreensão dessa vulnerabilidade, dentre estes trouxe o artigo 5º da lei 8080/90 do SUS (BRASIL, 1990) e sua preconização sobre os direitos fundamentais necessários à sobrevivência do ser humano como alimentação, moradia, saneamento, renda trabalho, educação, transporte, lazer, etc. No rol de condicionantes apresentados está a violência e seus efeitos nefastos. Ao versar sobre a lógica do pensamento social, o pesquisador explica as interfaces entre o social e a economia, marcadas por uma globalização perversa e por uma sociedade de mercado. Neste contexto, fica claro na fala do pesquisador quais as condições e características dos considerados "pobres", dentre essas estão: ausência de renda; condições de vida abaixo da dignidade humana e a penalização pelas discriminações e sofrimentos, aspectos a comprometer a qualidade das condições de vida. Em relação ao nosso projeto de pesquisa, voltado para articulação entre ensino superior e educação básica, desenvolvido no âmbito deste mestrado, a transversalidade da temática abordada pelo professor perpassa a

escola pública e suas diferentes realidades sociais. Já a Profa. Elizangela Catarino trouxe várias reflexões sobre o tema da inclusão. Por meio de sua fala, podemos perceber que a mera inserção do estudante com deficiência no contexto da escola regular não é suficiente para incluí-lo, afinal faz-se necessário, além das condições de acesso, acompanhar seu desenvolvimento e participação nos processos de aprendizagem. Em relação ao tema inclusão, os diversos relatos de experiência de atividade inclusivas promovidos pela Profa. Elizangela Catarino serviram de suporte ao entendimento de como atividades interventivas podem ser realizadas nos ambientes escolares e isso contribuiu, efetivamente, na consolidação do que iremos realizar em nosso projeto de intervenção no Complexo Integrado de Educação na cidade de Ipiaú-BA.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Inclusão. Ensino Superior e Educação Básica. Pensamento social.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em 12 dez. 2019.

Janara Aparecida Teixeira Batista

O presente resumo é produto do I Colóquio Interdisciplinar: Vulnerabilidade Social e Inclusão na Contemporaneidade. Evento esse idealizado pelo MPIES-Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, campus XI; realizado no dia 04/07/2019, no auditório do Campus XI, teve como foco a temática Vulnerabilidade Social e Inclusão Social na Contemporaneidade. A atividade acadêmica contou com a participação dos professores Dr. Marcelo Máximo da Purificação e da Dra. Elisangela M. Catarino, ambos do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). Durante as apresentações, foi possível compreender conceitos sobre vulnerabilidade social e inclusão a partir de olhares diferenciados e também do local de fala dos sujeitos. O termo vulnerabilidade indica, segundo os discursos, grupos ou indivíduos fragilizados, sendo de forma jurídica, política, na proteção ou garantia de seus direitos. Quanto ao conceito de Vulnerabilidade Social, fica evidente um conceito complexo caracterizado em uma das falas como "um fenômeno multidimensional" ou a possibilidade do sujeito ter sua condição vida alterada em relação ao meio da qual faz parte, exemplificado a partir do seu contexto de vida. Quanto à exposição da professora Dra. Elisangela, foi possível perceber suas vivências quanto à temática Inclusão Social durante seu percurso profissional. A professora enfatizou seus relatos de experiência, desafios e também as conquistas. Ressaltou ainda o papel do professor e da escola na função de modificador das carências da inclusão social e de adaptação do meio, socializando o termo Inclusão Social como "atividades que asseguram a participação democrática de todos, independentemente de suas necessidades". A temática abordada no Colóquio contempla angústias e reflexões do meu objeto de pesquisa no Mestrado Profissional. Uma vez que abordar a saúde mental do professor, e por consequência seu processo de adoecimento, implica em um distanciamento social por parte do sujeito e também do julgamento de seus pares. O adoecimento mental, mesmo sendo parte de um fator biológico humano, causa olhares e julgamentos, desconsiderando o sujeito e o incapacitando-o socialmente.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Inclusão. Direitos.

Referências

AYRES, J. R. C. M et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-140, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde –** PNH: 2012-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Curso **Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos - Modalidade a Distância**. Atenção a homens e mulheres em situação de violência [recurso eletrônico]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

Karine das Neves Paixão Silva

O presente resumo, resultado da disciplina Modelos de Educação e Intervenção Social, tem como escopo socializar as inferências feitas pelos professores Doutor Marcelo Máximo da Purificação e Doutora Elizangela M. Catarino, no I Colóquio Interdisciplinar: Vulnerabilidade Social e Inclusão na contemporaneidade. O evento foi promovido pelo MPIES – Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia, campus XIX, na cidade de Serrinha – BA, com o intuito de possibilitar discussões que fomentem e ampliem pesquisas no âmbito educacional e social, e suas intervenções. Na sua fala, o Dr. Purificação destaca a necessidade de se compreender a realidade social dos indivíduos vulneráveis e daquilo que compõe a origem de suas representações. Nas considerações apresentadas pelo docente, observa-se que o mesmo conceitua a vulnerabilidade social como sendo um fenômeno multidimensional e evidencia que as pessoas em situação de vulnerabilidade geralmente são negros, índios, mulheres e jovens. Ainda explana sobre o contexto dicotômico social e econômico, tendo como pano de fundo a atual lógica do pensamento social: uma globalização perversa e uma sociedade de mercado. Como determinantes e condicionantes para a vulnerabilidade, o docente cita variáveis como: alimentação, moradia, trabalho, renda, saneamento básico, acesso aos bens e serviços essenciais ao cidadão, violência, exposição a doenças através de fatores biológico, psíquico e sociais. Já a professora Elizangela M. Catarino propõe um olhar contemporâneo à inclusão de pessoas, não somente as que apresentem alguma deficiência física, mas também àquelas que se encontra em estado de vulnerabilidade social, cujo intuito seja fomentar a organização, luta e resistência coletiva desses grupos vulneráveis. A professora, pautada no art. XXVI da Declaração dos Diretos Humanos, traz a educação como um fator redutor da vulnerabilidade e fortalecedor da resistência. Tal artigo cita que todos os seres humanos têm direito à educação. Entretanto, em sua fala, a docente indaga: que tipo de educação? Emancipadora e inclusiva ou mantenedora da vulnerabilidade? A professora conclui argumentando que uma estra-

tégia de ação frente a essa realidade é a educação humanizada, capaz de não só formar, mas também esclarecer, conscientizar e criticar. Diante de tais abordagens, e suas contribuições ao meu projeto de pesquisa, percebe-se que o detentor de informação e de conhecimento é o que merece uma melhor posição social, sendo ele destaque entre os demais, conforme aborda Bourdieu (1992). Contudo, os demais que não ocupam posições mais elevadas acabavam ficando em escalas hierárquicas inferiores. O professor, visto como guardião da força de trabalho, pode e deve se valer da prática professoral para formar indivíduos que sejam capazes de realizar uma leitura crítica da sociedade em que está inserido, trabalhar tanto habilidades técnicas quanto sociais e humanas. A gestão da sala de aula deve ser encarada como uma possibilidade de desalienação do alunado frente a uma globalização capitalista, por parte do professor.

Palavras-chave: Educação do campo. Movimentos Sociais. Desafios Contemporâneos.

Referências

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Unic / rio / 005, Janeiro: 2009. Disponivel em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 12 ago 2019.

MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (org.) **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

Lousana de Jesus Santana

Este resumo foi elaborado a partir do I Colóquio Interdisciplinar: Vulnerabilidade Social e Inclusão na contemporaneidade, proposto pelo Mestrado - MPIES, realizado na Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha, tendo como expositores o Prof. Dr. Marcelo Máximo da Purificação e a Profa. Dra. Elisangela M. Catarino, ambos do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). O colóquio teve como objetivo a socialização de conhecimento sobre vulnerabilidade social e inclusão social. A discussão acerca da vulnerabilidade e inclusão teve como resultado a explanação do conceito de vulnerabilidade, definido como "[...] vulnerabilidade designa grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania" (AYRES, 2003). De grupos vulneráveis fazem parte: pessoas desprotegidas ou institucionalizadas, que estão presas, adoecidas mentalmente ou fisicamente, grupos étnicos e pessoas desfavorecidas economicamente. Neste ponto, entra a questão da inclusão social que atravessa toda a questão de identificação dos vulneráveis para a posterior ação que possibilita, via de regra, o processo de inclusão social. Pode-se perceber a ligação direta entre os temas inclusão social e vulnerabilidade, que se complementam, sendo a vulnerabilidade (exclusão social) combatida pela inclusão, que é responsável por ações que possibilitem acesso igualitário, de acordo com as especificidades de cada indivíduo, em todos os âmbitos sociais. Voltando-se para a discussão acerca da negritude brasileira, as questões de vulnerabilidade estão diretamente ligadas ao racismo institucional (fala das instituições em oferecer serviços de forma igualitária a toda a população, independente das questões étnico-raciais) e a forma como políticas públicas de promoção a igualdade são instituídas, ou não, para esta população que representa 54% da população que compõe o país, sendo a população negra a que mais ocupa as zonas de vulnerabilidade nas três esferas apresentadas no colóquio, atingidos diretamente pela exclusão no âmbito da etnia, juventude e também do gênero feminino. Diante deste quadro, pode-se notar que atualmente a política de inclusão ainda não dá conta de efetivar o acesso da população negra, atingida diretamente

pela segregação construída de forma histórica, social, política e jurídica, intrínseca às formas de trabalho das instituições, a serviços básicos à manutenção da vida.

Palavras-chave: Educação do campo. Movimentos Sociais. Desafios Contemporâneos. Vulnerabilidade social.

Referências

AYRES, J. R. C. M et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-140, 2003.

Maria Lúcia de Fátima Calabria

Este resumo é referente ao I COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR: Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade, realizado na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI – Serrinha, integrando a carga horária do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Ao buscar um conceito para vulnerabilidade, o Prof. Dr. Marcelo Purificação se reportou à origem latina Vulnus – ferida – Vulnare – ferir, suscetibilidade de ser ferido. Identificou o termo vulnerabilidade a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania. Fundamentando-se em Ayres (2003), denominou como participante dessa categoria grupos e pessoas desprotegidas ou institucionalizadas. Nesta perspectiva, a vulnerabilidade social é um conceito complexo e multifacetado, reconhecido como um fenômeno multidimensional. As experiências de Gestor Escolar do Prof. Dr. Marcelo Purificação, bem como sua formação acadêmica do Mestrado, com a temática da reintegração de menores em situação de vulnerabilidade social e do Doutorado, pesquisando a violência no espaço escolar/necessidade da cultura de paz, evidenciam o aprimoramento do seu conhecimento, das suas habilidades e intervenções no campo educativo e social. Destacando o social como estrutura que subjaz à economia, o referido docente citou os seguintes determinantes e condicionantes da vulnerabilidade: moradia; saneamento básico; meio ambiente; trabalho; renda; educação; transporte; lazer e acesso aos bens e serviços essenciais (Art.5° SUS); exposição a doenças infectocontagiosas e crônicas não transmissíveis; violência; entre outros. Nesta perspectiva, no contexto macro da vulnerabilidade, identificam-se os seguintes fatores: forte concentração de renda; discriminação racial; disparidade do nível de escolaridade; desemprego ou subemprego e exclusão política/falta de canais apropriados de representação e participação popular. Ciente disto, é importante retomar a questão da alteridade e refletir: "se não há reconhecimento da vulnerabilidade própria de cada um, não há como reconhecer a vulnerabilidade dos "Outros" e a demanda ética que se

faz presente" (MÁXIMO, 2019). Por este motivo, o sonho da invulnerabilidade tão caro ao projeto da modernidade e tão caro aos imperialismos antigos e atuais é um sonho imoral (STALSET, 2003). Diante da negação da alteridade, criam-se muros onde uns tem supremacia sobre outros, caracterizando-se, assim, cenários de violência, construção de preconceitos e discriminação, que Boaventura de Sousa Santos (2017) nomeou de lógica abissal. No que diz respeito à temática da inclusão social, a professora Dra. Elisangela Catarino fundamenta-se a partir da Declaração de Direitos Humanos, destacando e valorizando a educação como instrumento de enfrentamento à vulnerabilidade. Nesta perspectiva, valoriza-se a educação contra hegemônica, portanto, voltada para formação plena da cidadania na perspectiva da construção de um outro modelo de sociedade, mais igualitário, democrático e humanizado. Diante do exposto, Birkmam (2013) e Manyena (2016) tratam de resiliência social, sendo esta a capacidade de propor, dialogar e intervir de forma coletiva em um contexto de adversidades. As abordagens do I Colóquio apresentam importantes correlações com o tema do meu projeto de pesquisa – Literatura de Cordel: da Arte à Economia Solidária, cuja intervenção educativa e social tem sua concretude na organização de um coletivo de mulheres artesãs de comunidade popular, com múltiplas vulnerabilidades de gênero, renda, moradia, escolaridade, trabalho, etc. Tendo como foco as possibilidades de inclusão social, o objetivo do projeto tem a natureza de pesquisa-ação na temática de educação, cultura e economia solidaria popular.

Palavras-chave: Educação do campo. Movimentos Sociais. Desafios Contemporâneos. Projeto de pesquisa.

Referências

AYRES, J. R. C. M et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-140, 2003.

STALSETT, S. J. **Vulnerabilidad, dignidad y justicia:** Valores éticos fundamentales en un mundo globalizado. Disponivel em: http.//www.iadb.org/ética. Acesso em 12 dez. 2019.

Marinalva de Souza Teixeira Silva

A realização do I Colóquio Interdisciplinar, promovido pelo MPIES – Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia, campus XIX, na cidade de Serrinha – BA, teve como objetivo possibilitar discussões da temática Vulnerabilidades Sociais, experimentadas pela condição de pobreza e exclusão social sob as várias formas de segregação e discriminação dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade em processo de exclusão social, principalmente, por fatores socioeconômicos e desigualdades sociais geradoras de dificuldade de acesso à moradia, serviços de saúde, assistência social, emprego e dentre outros. O conceito de vulnerabilidade foi abordado pelos docentes Professor Dr. Marcelo Purificação e Profa. Dra. Elisangela Catarino, em muitos dos seus aspectos, de forma que se pôde perceber e entender suas relações. Dessa forma, é possível ampliar a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania. Fez-se referência à coexistência de modalidades arcaicas e modernas de trabalho com importante participação da informalidade não legalmente protegida, sendo marcante o apartheid social nos ambientes urbanos, conceituando vulnerabilidade social no que diz respeito à necessidade de atribuir sentidos e interpretar a dinâmica das variáveis de risco à luz de seus significados sociais, indissociável das ações de prevenção e cuidado. Houve um destaque, pelos expositores, dos atos dos profissionais no âmbito das políticas de educação, saúde e assistência social, compreendendo o quanto essas políticas são forjadas pelo imaginário social ao reforçar e exclusões. Ainda assim, colocou-se em destaque a importância da percepção crítica de contextos em que a população marginalizada enfrenta situações de opressão e luta cotidianamente pela conquista de liberdade e autonomia. São esses grupos sociais que se tornam mais vulneráveis e dependentes de assistências e cuidados especializados com o objetivo de romper com a realidade. A discussão foi embasada nos autores Marlene Brazcaro (Stalset), Birkman, Ayres (JRCM) e França Júnior, que auxiliaram na compreensão da vulnerabilidade. Entende-se que os riscos de

vulnerabilidade social refere-se intimamente aos processos sociais de desigualdade. Compreende-se, portanto, que esta vulnerabilidade está atrelada à violência e remete à deterioração dos direitos civis, perda de garantias adquiridas e fragilização da cidadania. Portanto, as condições de vida e experiência configuram contextos de vulnerabilidade na realidade concreta da população. O preconceito e a discriminação estão implicados nas relações entre os ricos e pobres, ou seja, uma relação de dominação e opressão social. Destacou-se a educação como fonte de transformação do sujeito, pois esta possui o poder de fortalecer as lideranças por meio da liberdade. Para os envolvidos no meio educacional, devem saber administrar sua maneira de pensar e agir, pois, no Brasil, os esforços têm se direcionado muito mais para a atenção às vítimas que para a prevenção deste fenômeno. A reflexão propôs um compromisso com a transformação social, em benefício dessas populações mais vulneráveis aos efeitos da falta de uma perspectiva de melhoria de vida. Assim, torna-se importante afirmar que a educação é para todos, independentemente do grupo social, classe ou etnia a que pertence.

Palavras-chave: Vulnerabilidades sociais. Colóquio. UNEB/*campus* XIX. Transformação **social.**

Referências

AYRES, J. R. C. M et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-140, 2003.

BRASIL. Decreto n. 7.053 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Saúde**. Plano Nacional de Saúde – PNH**: 2012-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php#

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos - Modalidade a Distância. **Atenção a homens e mulheres em situação de violência [recurso eletrônico].** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

Mario Antônio Santana de Oliveira

O I Colóquio Interdisciplinar: Vulnerabilidade Social e Inclusão na contemporaneidade aconteceu no auditório da UNEB, campus XI, no município de Serrinha/Bahia, no dia 04 de julho de 2019, promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social(MPIES). Teve como palestrantes os professores Dr. Marcelo Máximo Purificação e Dra. Elisângela Maura Catarino, ambos do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). Os docentes, com trajetórias históricas diferenciadas, tornaram as discussões enriquecedoras. Tratar do tema vulnerabilidade social e inclusão sempre apresenta pontos polêmicos e provocativos, por abordarem questões estruturais da sociedade brasileira, moderna ou pós-moderna. Alterar essas estruturas significa modificar o modelo social pautado em privilégios, vantagens, benefícios e proteção de indivíduos de classe social abastada, em detrimento de outros. A explanação sobre o tema trouxe experiências vivenciadas pelos palestrantes na condição de educador (a), homem, mulher, filho (a), marido, esposa, trabalhador (a). Dessa forma, instigaram os participantes a refletirem de forma crítica acerca do tema. É considerado em estágio de vulnerabilidade o indivíduo ou grupo que se encontre na incapacidade de agir e se defender. Essa situação tem gerado inquietação de determinados segmentos da sociedade civil organizada e movimentos sociais. A susceptibilidade destes tem provocado uma atenção diferenciada e exigido uma proteção especial do Estado, demandando políticas públicas para evitar os riscos presentes. As diferentes aplicações do termo vulnerabilidade pela sociedade e instituições públicas e privadas possibilitaram um espectro multifacetado de complexos significados e usos. No entanto, foi na área das ciências da saúde que o termo inicialmente foi utilizado e, posteriormente, tomou a dimensão das ciências sociais, da natureza, entre outras. Em sua gênese, vulnerabilidade é originária do latim Vulnus – ferida – Vulnerare – ferir, suscetibilidade de ser ferido, conforme exposição do Professor Doutor Marcelo Máximo Purificação. Nesse sentido, percebe-se que de acordo com o contexto ou o público, o significado do termo vulnerabilidade pode apresentar-se adaptado. O

Brasil, país com inúmeros contrastes sociais, traz um passivo de exclusão social de séculos. E, quando é posta em pauta a discussão acerca de políticas públicas voltadas aos indivíduos em estágio de vulnerabilidade e inclusão social, encontramos crítica, omissão, negação, daqueles que sempre foram privilegiados. No entanto, é difícil silenciar as vozes desses vulneráveis, como também, negar as mazelas e sequelas dessa condição existente, decorrentes de fatores naturais e/ou condicionais. Deve-se atentar para o fato que esses fatores são definidores da forma de tratamento e, consequentemente, garantidores da cidadania desses indivíduos. Pensar em um Estado que tem a organização da sociedade através da segregação de indivíduos, para evitar conflitos sociais fruto da má distribuição de renda, é prever os diferentes projetos societários e o distanciamento entre estes. Diante desse cenário caótico, apostar na invisibilidade desses indivíduos, significa negar, ocultar ou omitir fatos na tentativa de isentar-se da responsabilidade. A concentração de renda, a precarização habitacional, a falta de esgotamento sanitário, a redução de estabelecimentos escolares, o sucateamento da saúde, entre outras, são decisões do Estado que acentuam ainda mais a condição de estágio de vulnerabilidade dos cidadãos. O Colóquio trouxe essa discussão de forma bastante branda, ainda que mediada por vítimas dessa discriminação velada. A trajetória de vida dos mediadores mostrou que o estágio de vulnerabilidade e inclusão social são condições que podem ser invertidas, contrariando a vontade desses grupos hegemônicos. Portanto, a vulnerabilidade quando individual, que é intrínseca dos seres humanos, requer de nós autoproteção e proteção coletiva em sociedade. Enfim, é importante lembrar que a vida deve ser assegurada por estruturas sociais e políticas, criadas para resguardar e anular a vulnerabilidade que ameaça o homem contra o homem e entre eles e a natureza.

Palavras-chave: Colóquio Interdisciplinar. Vulnerabilidade social. Inclusão. Brasil. Grupos hegemônicos.

Referências

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. de. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, desafios, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

KOTTOW, M**. Introducción a la bioética**. Santiago: Editorial Universitaria,1995.

MELLO, D. G. de; BRAZ, M. Vulnerabilidade, autonomia e ética em pesquisa. **Revista Brasileira de Bioética, Brasília**, DF, v. 4, n. 1-2, p. 49-68, 2008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/7873/6468. Acesso em: 15 dez. 2019.

Sebastiana Maria Ribeiro da Silva

O presente resumo é fruto das discussões realizadas no I Colóquio Interdisciplinar: Vulnerabilidade Social e Inclusão na contemporaneidade, realizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), campus XI, Serrinha - BA. Os palestrantes, Dr. Marcelo Máximo Purificação e Dra. Elisângela Maura Catarino, ambos do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES), apresentaram, à luz das suas experiências pessoais e acadêmicas, várias contribuições. Por vulnerabilidade social entende-se a condição de grupos de pessoas que se encontram à margem da sociedade ou em exclusão social devido a inúmeros fatores, dentre eles, socioeconômicos. Nesse sentido, a noção de vulnerabilidade engloba uma multiplicidade de conceitos que vão muito além das questões do acesso à renda, mas pode-se relacionar à debilidade de natureza afetiva e relações desiguais no acesso aos serviços públicos. Indo mais no cerne do conceito, todo e qualquer ser humano está exposto a situações de vulnerabilidade social, uns mais e outros menos, visto que nossa espécie (humana) precisou se adaptar às várias mudanças no decorrer de nossa evolução. É fato que grupos hegemônicos ditam certas regras, as quais colocam outros grupos suscetíveis a mazelas sociais que inviabilizam o avanço nos índices que medem o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. A desigualdade social sempre pairou na realidade brasileira, bem como uma preocupação latente de estudiosos e governantes, que reconhecem o caráter heterogêneo do conceito. Um indivíduo que não tem como se alimentar, além de sofrimento físico, pode também desenvolver problemas de autoestima, visto que passa a se enxergar como um ser inferior, a comparar a sua situação com quem dispõe de muitos recursos. Segundo a UNESCO (2002), a vulnerabilidade social resulta de uma negativa relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos sujeitos, sejam eles postos em grupos ou não, e o acesso destes a oportunidades sociais, econômicas, culturais e educacionais, advindas do Estado, enquanto diretriz, e da sociedade, lugar onde os atores exercem seus papéis diariamente. No mundo contemporâneo, o acirramento

das desigualdades, deve-se, em parte, ao individualismo que se tornou a tônica dos relacionamentos sociais. Em face disso, pensar o conceito de vulnerabilidade é também repensar o lugar do humano no contexto atual, pois os vulneráveis estão ficando também invisíveis, eis a problemática mais grave relativa à questão.

Palavras-chave: Colóquio Interdisciplinar. Vulnerabilidade social. Contemporaneidade.

Referências

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura e BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento. In: AMBROMOWAY, Miriam *et al*. **Juventude, violência e Vulnerabilidade Social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília. UNESCO. BID. 2002. 192 p.

Valéria Antunes Dias

A realização do I Colóquio Interdisciplinar, promovido pelo MPIES – Mestrado profissional em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, na cidade de Serrinha – BA, teve como objetivo possibilitar discussões da temática vulnerabilidades sociais, experimentadas pela condição de pobreza e exclusão social. Para abrilhantar o evento, contou-se com a participação dos palestrantes Dr. Marcelo Máximo Purificação e Dra. Elisângela Maura Catarino, ambos do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES). Durante a realização da palestra, nas considerações dos expositores, esteve presente o conceito de vulnerabilidade numa dimensão individual, social e política, na perspectiva elaborada. O termo promove a ampliação da compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania. As ações profissionais no âmbito das políticas de educação, saúde, assistência social e o imaginário social, são forjadas pela incorporação de conceitos que podem tanto reduzir quanto reforçar vulnerabilidades e exclusões. Autores como Marlene Brazcaro (Stalset), Birkman, Ayres (JRCM) e França Júnior foram os que embasaram os conceitos de Vulnerabilidade Social, com a finalidade de compreender o termo em seus diversos aspectos na compreensão de um conhecimento aprofundado. Eles afirmam, em seus estudos, que os riscos de vulnerabilidade estão intimamente condicionados aos processos sociais de desigualdade, pobreza e exclusão. Sendo assim, a vulnerabilidade remete à deterioração dos direitos civis, perda de garantias adquiridas, fragilização da cidadania. Dentro desses aspectos, destacam-se: a desigualdade perante a lei e sujeição à violência; dificuldade de acesso à moradia, serviços de saúde, assistência social e emprego; coexistência de modalidades arcaicas e modernas de trabalho com importante participação da informalidade não legalmente protegida, sendo marcante no apartheid social nos ambientes urbanos. Com isso, é possível definir vulnerabilidade e exclusão social, cuja análise crítica impossibilita reconhecer a interação de suas partes, ou seja, estão ligadas e sendo complementadas perante a ação dos termos no meio social. É possível definir vulnerabilidade socioeconômica como sendo a falta de proteção quanto

às garantias de trabalho, saúde e educação, pois esses são os direitos sociais básicos. Não havendo a garantia dos mesmos, existirá uma ausência da seguridade social, sendo esses grupos excluídos sem fonte de renda e condição de cidadania. Já o conceito no contexto das relações de opressão social, que constituem enfoque central na reflexão, se dá pela abertura do ser, cultural e histórico, contribuindo para a solidariedade. Ainda assim, as condições de vida e experiência configuram contextos de vulnerabilidade, se vinculando à fragilidade da população e à capacidade de enfrentamento das adversidades. Nesse sentido, a ausência da família resulta na falta de uma perspectiva de melhoria de vida, pois esses indivíduos não têm ofertas de projetos futuros, vivem em situações miseráveis e acabam desacreditando na vida. Devido a isso, a inclusão tem como princípios: compromisso com a transformação social em benefício da comunidade; origem na realidade concreta da população, visto que preconceito e discriminação são as palavras para descrever as relações entre os ricos e pobres. Segundo Paulo Freire, educar exige "respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando". A educação precisa ser vista como "prática da liberdade", é preciso produzir conhecimento que liberte e traga novas possibilidades de enxergar o mundo, por isso ela não pode ser neutra. A escola torna-se o lugar onde as classes excluídas e vulneráveis da sociedade precisam estar presentes, saindo dos lugares onde ocorrem os ricos de vida, através do trabalho. Independente da classe, etnia ou grupo inserido, a educação precisa acolher e dar possibilidades de libertar através do conhecimento.

Palavras-chave: Colóquio Interdisciplinar. MPIES. Vulnerabilidade social. Educação libertadora.

Referências

AYRES, J. R. C. M et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D. e FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.117-140, 2003.

BRASIL. Decreto n. 7.053 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Saúde**. Plano Nacional de Saúde – PNH**: 2012-2015. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php#

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Saúde. Curso Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos - Modalidade a Distância. **Atenção a homens e mulheres em situação de violência [recurso eletrônico].** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

EIXO 2

Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz

Ana Paula Araújo Lopes

No dia 18 de outubro do ano de 2019, recebemos na sede do Auditório Profº Drº Roberto Sidnei, a presença do Sociólogo Paulo François, juntamente com o Geógrafo Jânio Roque Barros de Castro, Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), para ministrar uma palestra cujo título foi: "Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz", realizada pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), campus XI, Serrinha – BA. A atividade acadêmica contou com a participação dos alunos regulares e especiais do MPIES, dos professores que compõem o Programa, além dos estudantes dos cursos de Graduação/Licenciatura em Geografia e em Pedagogia. Com um discurso temático pertinente, os palestrantes alcançaram com sucesso os objetivos propostos. Foram discutidos alguns pontos sobre a compreensão epistemológica da palavra terrorismo, o contexto em que a palavra é forjada, bem como o entendimento sobre os interesses ideológicos, políticos, sociais, culturais que perpassam por esses conceitos. No bojo das discussões desmistificou-se o minimalismo histórico atribuído à "paz", como um processo de domesticação dos corpos dos sujeitos e do controle social. Além disso, foi realizada uma análise de conjuntura e uma revisitação na história e a partir disso foi possível discutir e compreender a noção e o significado da palavra "território e territorialidades" e suas múltiplas abordagens na atualidade, a partir do pensamento de Milton Santos. A discussão foi iniciada a partir da percepção de que "pouco se fala de terror e muito se fala de terrorismo", e que embora acredite-se, às vezes, ser a mesma coisa, os termos "terror" e "terrorismo" são duas palavras de significados muito diferentes. Nessa dimensão, compreende-se que o terror se constitui como uma ação praticada pelos aparelhos do Estado, com o objetivo de manter a ordem e o poder e o "terrorismo", por sua vez, são ações praticadas por grupos socialmente e economicamente excluídos, com a finalidade de deter o poder, e nesse sentido, "a política seria um campo da violência legitimada". Assim, a ação terrorista não seria uma

ação de psicóticos e sim uma ação política. Ainda no limiar da discussão foi mencionado que atualmente vive-se um "terrorismo midiático muito forte" e que muitos teóricos no campo da pesquisa abordam o terrorismo muito ainda no plano psicológico. No conjunto das discussões, os palestrantes trouxeram contribuições da sociologia, com o pensamento de Max Weber, o conceito de positividade de Emilie Durkeim e se apoiaram na corrente marxista para afirmar que terrorismo tem um papel fundamental social e estratégico muito importante, sobretudo para balançar as estruturas historicamente postas. Contribuindo com a discussão, os palestrantes trouxeram para o debate a compreensão de que o terrorismo se constitui em atos sistematizados por diferentes grupos. Por essa razão, não seria interessante tratarmos do termo terrorismo no singular, pois existem diversas formas de "terrorismos". Nessa dimensão, o terrorismo se trata de uma questão territorial e deve levar em consideração os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, etc. Na acepção de Santos (1978), é importante entender o território para além de suas delimitações físicas. Sendo assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por todas as múltiplas relações de poder que envolvem um conjunto muito grande de sujeitos sociais que territorializam suas ações com o passar do tempo. Os palestrantes frisaram que apesar do encerramento da palestra, algumas reflexões precisam serem tencionadas, todos os dias, em outros espaços. Uma dessas se constitui na necessidade de pensar o contexto político atual, sobretudo, no que diz respeito ao contexto de desmonte das políticas sociais, diante da perseguição e criminalização dos movimentos sociais, principalmente o Movimentos dos Sem Terras (MST), o Movimento dos Sem Teto (MSTT) e as comunidades indígenas e tradicionais que estão resistindo e encampando a luta por meio de micro poderes e micro ações.

Palavras-chave: Terrorismo. Cultura da paz. Movimentos sociais. Contexto político brasileiro.

Referências

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR/RJ**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - N. 2 Agosto-dezembro de 1999.

Izabel Cristina Lima Dias Alves

O presente resumo é resultado das discussões advindas do II Seminário Interdisciplinar, intitulado Terrorismo: desafios para o desenvolvimento do mundo face a paz, promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), com os pesquisadores Professor Dr. Paulo Cézar Martins e Professor Dr. Jânio Roque Barros de Castro. Tal atividade teve por objetivo discutir o tema, sob as óticas dos professores e suas respectivas produções acadêmicas. O Professor Dr. Paulo Cézar, a fim de contextualizar o tema, inicia sua fala conclamando à sensibilidade da poesia. Ressalta a necessidade de um comprometimento teórico e alude a Max Weber (1992), mais especificamente, seu olhar cotidiano da realidade e uma explicação a partir das ciências da natureza, ressaltando a importância da compreensão do homem e do sujeito. Traz o tema violência afirmando a política como seu terreno, para tanto faz referência a Maquiavel, afirmando que para este a violência, em parte, é utilizada pelo estado por meio de seus governantes para estabelecer o poder e gerar condições de exercício da autoridade. Contrapondo Maquiavel busca, em Hannah Arendt, elementos para explicar as origens do totalitarismo. Para esta filósofa existe um conceito de pluralismo no meio político e isso traz à tona a questão da igualdade e liberdade política, descaracterizando a violência. Segundo Arendt, a política resulta de um consenso elaborado de forma coletiva. Após essa visão pautada nas contribuições teóricas, o Prof. Dr. Paulo iniciou a discussão sobre terrorismo afirmando a ação terrorista não como uma obra de psicóticos e psicopatas, mas como uma ação política racional. Conclamando o pensamento necessário sobre a violência midiática imediata e afirmando a concepção de Weber como extremamente interessante, faz uma analogia entre o rio e a margem "todo mundo fala do rio que sai de sua bacia destruindo tudo ao seu redor, mas ninguém fala das margens que o oprimem", demonstrando um deslocar procedente. Para o pesquisador, o terrorismo também pode ser analisado no contexto do marxismo. Nesse caso, seria visto como uma forma de balançar a dominação burguesa, haja vista entender o terrorismo como fator na

agilização da queda desta dominação. Já para Lenin, a questão está na guerrilha dos trabalhadores conscientes. Desse modo, para contextualizar a revolução da América Latina, o Professor Dr. Paulo Cézar apresenta o pensamento do guerrilheiro Ernesto Che Guevara, que considerava o terrorismo algo perigoso, e seus entraves para a revolução. Para o professor, as diversas definições sobre terrorismo colocadas em sites são definições compartimentadas. Outrossim, se o conceito for utilizado no singular, não atende a diversidade e complexidade de natureza, política, econômica e geológica advindas dos aspectos relacionados ao terrorismo. O pesquisador chama a atenção para o discurso sobre terrorismo, como territorial, haja vista pressupor a existência ou inexistência do território. Para melhorar a compreensão exemplifica o grupo Basco ETA, como sendo territorial, nacionalista. O Professor Dr. Jânio afirma que a Paz é diferente de pacificação. Para ele a pacificação forçada e artificial não resolve o terrorismo, este precisa ser discutido a partir do território e não do Estado. Exemplificando por meio dos curdos da Síria, Iran e Turquia, argumenta sobre a identidade territorial e sobre nem sempre o estado nação ser materializado, mas não quer dizer que inexista, pois está no imaginário de forma contundente. Fala do Terrorismo e os diversos discursos, dentre eles a colonização do imaginário (Baudrillard), colocando que é necessário ir além da concepção naturalista. Deve-se verificar a concepção simbólica, cultural. Para ele, prioriza-se a dimensão simbólica por essa ser mais subjetiva e porque nela o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica. Ele também fala de valores Éticos e espirituais, fala de pontos relacionados ao nacionalismo, regionalismo, localismo e territorialismo, tudo isso para se fazer compreender o sentimento de pertença como além do reconhecimento de sua identidade. E para concluir, o professor afirma que a palavra terrorismo visa garantir questões ideológicas e isso muitas vezes causa terror, aflição e muita violência, comprometendo assim a busca pela paz. Apreender o sentido político das palavras/temas discutidos no Colóquio possibilita aguçar o olhar investigativo, além de vislumbrar a necessidade de aprofundar qualquer tema a ser trabalhado em quaisquer produções acadêmicas.

Palavras-chave: Seminário Interdisciplinar. Terrorismo. Max Weber. Territorialidade.

Referências

WEBER, M. **Conceitos sociológicos fundamentais:** metodologia das ciências sociais. Campinas: Cortez/Unicamp, 1992.

Janara Aparecida Teixeira Batista

O resumo em questão trata-se de um Seminário Interdisciplinar, realizado no dia 18 de outubro de 2019, na Sede da UNEB, campus XI, com o tema "Terrorismo: Os Desafios para o desenvolvimento do Moderno Face a Paz". O evento foi ministrado pelos professores: Dr. Jânio Roque Barros de Castro e Dr. Paulo Cézar Borges Martins. Segundo explanado pelos professores, o Terrorismo tem sua origem segundo registros no século XI d. C. no Oriente Médio, com a intenção de exterminar seus inimigos. Já o terrorismo moderno tem como referência de origem o século XIX, na Europa quando grupos, chamados de anarquistas acreditavam que o estado era seu principal inimigo. Nesse período, a ação terrorista tinha como foco a luta armada para construção de uma sociedade sem Estado. Já no século XX, as ações terroristas passaram a ter um maior alcance através do desenvolvimento de tecnologia bélica, das redes de comunicação e muitos outros. Para os professores, o terrorismo desconhece limites morais, éticos, entre outros. Assim, passa ser um instrumento utilizado por grupos para tentar enfraquecer governos, regime políticos etc. Durante as falas foi citado que o terrorismo é, muitas das vezes, utilizado como um instrumento de estratégia política, de maneira que essas estratégias passam a obter um significado não somente político, mais também religioso, criminoso e outros. Por fim, foi definido que o terrorismo é o cruzamento entre a política e a violência, de forma que seus efeitos passam a ser estruturais e transcendem qualquer constituição.

Palavras-chave: Seminário interdisciplinar. Terrorismo. Tecnologia bélica.

Referências

COLOMBO, Letícia dos Santos. **Terrorismo:** Lacunas Conceituais no Sistema Internacional Ano 2016 – Edição 18 – Novembro/2016.

Karine das Neves Paixão Silva

O presente trabalho, resultado do Seminário Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz, que teve como palestrantes os professores Dr. Paulo Cézar Borges Martins e Dr Jânio Roque Barros de Castro, apresentou como ponto de partida a análise de duas perspectivas de Max Weber: primeiro seu olhar kantiano sobre a realidade, partindo da compreensão do sujeito e de sua ação, o entendimento do sentido subjetivo desse sujeito; segundo pela questão da violência, onde se considera a política como o terreno da violência legitimada. Com relação a segunda perspectiva, o Estado tem representado essa violência legitimada, uma vez que o Estado refere-se a uma associação política, cujo quadro administrativo reivindica o monopólio do uso ameaçador da coação física e legítima, praticando assim o terror sobre a sociedade. Tal ação do Estado se constitui uma das formas de terrorismo: o terrorismo de Estado. Sendo assim, a ação do Estado é contra a própria população, no âmbito nacional, sendo totalitário e fascista. No mundo moderno, as ameaças terroristas são as notícias veiculadas pela imprensa/mídia. Fortalecendo essa prática do Estado, a mídia, que ao nos bombardear com milhões de informações, exerce a prática terrorista midiática com ações violentas, ao mesmo tempo em que cria um sensacionalismo com relação aos terroristas, desse modo a ação terrorista do Estado é uma ação política racional, uma vez que, ao justificar a necessidade de adoção de ações antiterroristas, lançam mão de ações violentas, que na maioria das vezes, atingem mais a população civil do que os próprios terroristas. Exemplo disso foram os bombardeamentos das cidades de Hiroshima e Nagasaki, neste caso a mídia trabalhou a ideia de ter uma importância bem menor do que o atentado terrorista de 11/11/2001. À palavra terrorismo não cabe uma definição e sim um conceito, uma vez que a discursão terrorista é eminentemente territorial, com a existência ou não dele. Uma das ações que o mestrado profissional deve ter é o estímulo à crítica ao universalismo metanarrativo da violência, onde o continente europeu é visto como o centro do mundo e o "resto do mundo" representa uma sub classe de pessoas. A antropologia tradicional aborda a dicotomia civi-

lizado versus selvagem, em que os conflitos do colonizado são inerentes a ele e não proveniente do colonizador, reafirmando o eurocentrismo. Um dos maiores desafios que deve ser superado na perspectiva fragmentária da leitura do território, no âmbito educacional no mundo moderno, é trazer tais questões de forma transversal, contextualizadas e de forma interdisciplinar, indo na contramão da ação midiática de alienação, desinformação e massificação.

Palavras-chave: Terrorismo. Ação política. Estado.

Referências

COLOMBO, L. S. **Terrorismo**: Lacunas Conceituais no Sistema Internacional Ano 2016 – Edição 18 – Novembro: 2016.

Maria Lúcia de Fátima Calabria

Esse resumo é referente ao Seminário Interdisciplinar - Terrorismo: Desafios Para o Desenvolvimento do Mundo Face a Paz, apresentado pelo Professor Dr. Paulo Cézar Martins e pelo Professor Dr. Jânio Roque Barros de Castro, ambos da UNEB, realizado na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI – Serrinha, integrando a carga horária do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). O Profº Jânio iniciou sua palestra destacando os desafios da complexidade conceitual na contemporaneidade, da questão territorial e fez vários enunciados e questionamentos, a saber: quem atua no território? Agentes, sujeitos sociais ou atores sociais? Qual o maior atentado terrorista da história? Abordou sobre a multidimensionalidade temática do terrorismo, em suas características geopolítica, econômica, cultural. Ressaltou que tudo parte de Max Weber, do neokantismo, sendo o homem o centro na análise da sociedade, no entendimento subjetivo. Enunciou o seguinte: a política é legítima violência, se reportando a Maquiavel. Citou Hannah Arendt, Sócrates, Habermas e falou sobre o terrorismo midiático, salientando a veiculação de situações violentas. Frisou que os teóricos atentam para a divisão terror versus terrorismo, explanando sobre grupos excluídos que querem chegar ao poder praticando atos de violência e sobre o terror correlacionado ao Estado, que quer se manter no poder. Lembrou Arendt, quando ela referenda a prática do terror do Estado ao totalitarismo, e Robespierre, se referindo à politica do terror do Comitê da Salvação Nacional na Revolução Francesa. Segundo o Professor, Émile Durkheim, filósofo positivista, sociólogo centrado no fato social, o crime é um fato social ordinário, positivo, que suscita o desejo responsabilizado na lei com relação ao criminoso. Na visão de Florestan Fernandes, o palestrante caracteriza como anomia a integração do negro na sociedade classista. Quanto ao Weber (1992), ele se reporta ao pensamento desse autor, identificando a natureza do sentido que se dá a essas ações criminosas e levanta o questionamento de qual é a instância social. Qual o Estado (poder) das organizações policiais, judiciárias e políticas. Mais adiante, o professor ratifica que a sociologia

é a busca das constatações em oposição às mídias e que, portanto precisa-se de ter uma responsabilização legal no tocante às veiculações das informações. Na palestra também foi evidenciado que no Brasil existe uma questão macro-regional em detrimento de uma visão nacionalista, sistematizada e organizada na questão do terrorismo. Foi também verbalizado que a identidade social tem um território imaginário diferentemente da identidade territorial, pois o sentimento de nacionalidade independe da existência de um território. Nesse sentido, citou Milton Santos (2001) na temática do "filtro ideológico" e voltou a tocar na questão da atuação dos atores dentro de um território. Mais uma vez ele trata da multidimensionalidade temática do terrorismo e relembra o trágico acontecimento de Hiroshima e as questões geo-politico-históricas para exemplificar e refletir sobre as implicações a respeito das descriminações geográficas. Chamou a atenção para as concepções distintas entre paz e pacificação e que os conflitos não devem ser retirados e sim mediados. Para o professor, território não é simplesmente uma área politico-administrativa, e sim um Estado-Nação. Enlatado cultural é terrorismo, alienação e massificação são violências. Na palestra foi também associado Weber a um poder de relação vertical e Arendt a um outro poder, horizontal. Finalizando o seminário, ainda se abordou Foucault com sua teoria crítica da modernidade, Gentili no aspecto do hibridismo cultural, Gessé Souza, com sua obra a Classe Média no Espelho, e para concluir, dialogou sobre como a universidade poderia criar uma resistência. Desafios instigantes: superar a perspectiva fragmentária na leitura da dinâmica territorial: dimensão transversal da temática, contextualização temática, práticas (ações, atividades e projetos) interdisciplinares. Houve uma redescoberta da complexidade cultural em macro escala pós anos 1990. A questão da diversidade cultural em diferentes escalas geográficas: ocidentalismo do mundo (J Baudrillard, 1990); Eurocentrismo/Ocidentalismo e Marginalização Cultural/Ostracismo. Concepção de desenvolvimento integral: Desenvolvimento é o conjunto de transformações socioeconômicas, políticas e culturais que possibilitam o bem-estar social e sua expressão em diferentes modos de vida e formas participativas de organização política (IPEA, 2010). Dessa

forma o desenvolvimento significa o grau de transformação do contexto social e ambiental no sentido de melhoria universal da qualidade de vida e disposição equitativa de bens, oportunidades e capacidades IPEA, 2010.

Palavras-chave: Seminário Interdisciplinar. MPIES. Complexidade conceitual. Hibridismo cultural.

Referências

WEBER, M. **Conceitos sociológicos fundamentais**: metodologia das ciências sociais. Campinas: Cortez/Unicamp, 1992.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

Marinalva de Souza Teixeira Silva

O Seminário Interdisciplinar do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), realizado em 18 de outubro de 2019, teve como tema Terrorismo: Os Desafios para o Desenvolvimento do Moderno Face à Paz. Trata-se de tema bastante complexo, dada a amplitude de condutas que o termo pode abarcar, não existindo uma definição neutra de terrorismo visto que ato terrorista, conforme Nagengast (1994), é qualquer expediente utilizado por pessoa, grupo de pessoas ou Estado que emprega força ou violência física ou psicológica, para infundir o medo generalizado entre a população e, com isso, atingir seus objetivos. O terrorismo é fenômeno histórico e de construção social contextualmente situado, se transformando ao longo dos tempos. O objetivo do terrorismo, segundo vários teóricos, é provocar pânico, fundamento do terror, portanto, não é morte ou aniquilamento, mas a sensação de vulnerabilidade, impotência e desamparo ante o atentado (SAINT-PIERRE, 2005). Essas novas ameaças ganharam relevo no mosaico dos problemas com o advento do século XXI, que colocam em risco a segurança dos povos, a estabilidade dos países e a concentração de esforços em favor da paz mundial. Ao discutir os conceitos de território, territorialidade e identidade territorial, buscando compreender como as identidades são moldadas pelo pertencimento a um território entrelaçando as discussões com a realidade a brasileira, pautou-se principalmente pela dimensão simbólica de território, com enfoque sobre os conceitos de territorialidade e identidade e a influência mútua entre territorialidade e identidade. Para este propósito, foram utilizados de arcabouço teórico com autores que discutem essa questão (HAESBAERT, 2004, 2007; SAQUET, 2005, 2009). Entretanto, Haesbaert (2004) agrupa em dimensões política, cultural ou simbólico cultural e econômica o conceito de território, assim nenhum processo de territorialização é neutro. Há a necessidade de trilhar um caminho, no sentido de buscar compreender o porquê dos posicionamentos históricos, culturais, sociais, políticos e educacionais, atuantes em determinado contexto histórico, para entender que o mundo passa a viver

uma época caracterizada pelas incertezas, onde as ameaças tornaram-se difusas, sendo fenômeno global de grande impacto na paz e na segurança nos dias atuais.

Palavras-chave: Seminário Interdisciplinar. Cultura da paz. Territorialidade e identidade.

Referências

FRAGOSO, C. H. Terrorismo e criminalidade política, Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 98-99

LIMA, R. de. O suicídio-espetáculo na sociedade do espetáculo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 44, jan. 2005.

SOARES, J. A. N. O Terror como arma de guerra. **O Anfíbio**: revista do corpo de fuzileiros navais, Rio de Janeiro, v. 21, n. 20, p. 4-12, 2001.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

Mario Antônio Santana de Oliveira

O Seminário temático Terrorismo: desafios para o desenvolvimento do mundo face a paz, ocorreu na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Auditório DEDC XI, no município de Serrinha/Bahia, no dia 18 de outubro de 2019. O evento contou com a participação dos alunos de graduação, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) e de professores do Departamento de Geografia e de Pedagogia do Campus XI. Os mediadores do referido seminário foram Prof. Dr. Paulo Cesar Martins e Prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro, ambos da UNEB. Para abertura das discussões o Prof. Dr. Paulo Cesar Martins apresentou algumas descrições acerca do terrorismo na ótica do Estado brasileiro, das grandes mídias e da opinião pública. Nessa perspectiva ficou evidente a influência e interesse do Estado sobre as grandes mídias na formação de opinião dos cidadãos. Por esse motivo, se gasta tantos recursos públicos em propagandas, campanhas e reportagens. Vale ressaltar que este mesmo governo é responsável pelos cortes de recursos para a pesquisa, educação, saúde e saneamento básico, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, acirrando ainda mais as desigualdades entre as regiões brasileiras. Em sua fala, o prof. Dr. Paulo Cesar Martins descreve as Ciências Sociais não como sendo a ciência da explicação, mas sim da subjetividade e sinaliza que a ciência da explicação é, sim, a Ciência Biológica. Em seguida aborda Weber (1992), na perspectiva do neokantismo, propondo uma reflexão crítica acerca das condições que validam a atividade cognitiva, perpassando pela ética, pela moral, pelo intelectual e pela estética, entre outros conhecimentos. O professor expôs a política como terreno de violência legitimado pelo Estado, e resgatou Maquiavel com seu discurso que parte da violência enquanto mecanismo necessário para o estabelecimento do poder, deixando claro as estratégias que o corpo governante utiliza para exercer autoridade. Também discorre acerca de Hannad Arendt, filósofa política que, em contraposição ao conceito de Maquiavel, defende o conceito de pluralismo no âmbito político, como forma de intensificação da liberdade e igualdade política, rompendo com a violência. Pois, Arendt defende que a política é o resultado do consenso coletivo. Para fazer alusão ao tema o Prof. Dr. Paulo Cézar Martins pro-

vocou uma reflexão ao relacionar um rio e o terrorismo, que segundo ele: "o rio sai rompendo barreiras à sua frente, no entanto, não observamos às margens enquanto força opressora, ao limitar e oprimir o curso do rio". Na tentativa de entender a ideia ou conceito de terrorismo foi questionado qual a instância social que pode conceber a definição do terrorismo? Logo, apontou o império midiático como o responsável por conceituar e o Estado das grandes potências por legitimar e justificar suas ações violentas. Portanto, dar sentido a palavra terrorismo é um ato político ideológico. Quanto a fala do prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro, este passeou pelo sentimento de pertencimento, identidade e território, estabelecendo uma interface interdisciplinar. O professor, ao afirmar a complexidade de conceituar a palavra terrorismo, ainda que, estabelecido sob limites territoriais definidos, não ousa definir, tampouco conceituar o termo. Com essa discussão o Prof. Dr. Jânio de Castro cria uma linha de pensamento para tratar do terror, enquanto ações territoriais sistematizadas e organizadas, onde o sentimento identitário estabelece conflito e violência. Também considerou a influência da grande mídia sobre conceitos de terrorismo, sua abrangência e a forma pontual que é tratado, desconsiderando as relações multidimensionais como a geopolítica cultural, econômica, ambiental, entre outras tão relevantes quanto estas. E assim, apresenta o terrorismo a partir de filtros criados com vista a posicionamentos político-ideológico que atendem a grupos hegemônicos detentores do poder e do capital. Para concluir o Prof. Dr. Jânio Roque Barros de Castro retomou a discussão acerca de território e reafirma que o sentimento de pertencimento, precede o auto reconhecimento identitário do indivíduo. Talvez com essa frase possamos entender quando a palavra terrorismo é citada e o porquê de tanta dor, violência, medo, terror, insegurança. Pois, terrorismo, está para além de infringir a ordem, significa defender, proteger, garantir posições ideológicas.

Palavras-chave: Seminário. Identidade e território. Terrorismo.

Referências

WEBER, M. **Conceitos sociológicos fundamentais:** metodologia das ciências sociais. Campinas: Cortez/Unicamp, 1992.

Sebastiana Maria Ribeiro da Silva

As reflexões a seguir são oriundas do II Seminário Interdisciplinar intitulado Terrorismo: desafios para o desenvolvimento do mundo face a paz, promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), UNEB/campus XI, com os pesquisadores Professor Dr. Paulo Cézar Martins e Professor Dr. Jânio Roque Barros de Castro. Cabe, entretanto, refletir que logo após os atentados de 11 de setembro de 2001, o mundo ficou em alerta acerca de práticas terroristas realizadas em nome da liberdade religiosa e política. Nesse sentido, a noção sobre o terrorismo voltar a ter destaque nas discussões de diversos campos de estudo, a exemplos das Ciências, Políticas, Antropológicas etc., que se voltaram para as causas desencadeantes do aumento do terrorismo ao longo dos anos. Dentro desse contexto, o mundo moderno se vê diante de um dilema e indaga: como promover a paz em uma época de grande separatismo entre os povos? Ou seja, a individualização da vida em sociedade colocou os indivíduos em extremos, e tal postura acirrou os ânimos em diversas partes do globo, potencializando ainda mais os discursos de ódio que levam a atentados de todos os tipos. Notadamente, quando se elege um inimigo a ser combatido, um dos princípios fundamentais do terrorismo, há uma imediata resposta de quem se tornou objeto do ódio alimentado em discursos violentos, encontrando ecos tanto de um lado quanto do outro. Por essa razão, a tão desejada paz mundial tornou-se uma utopia, visto que se fala a todo momento de buscar a união para que o mundo abandone as guerras que tanto ceifam vidas inocentes. A paz nos tempos hodiernos necessita de um caminho pelo respeito às diferentes formas de cultura, arte, saberes filosóficos e científicos, pois se não ficaremos atados àquilo que, paradoxalmente, profetizou o cantor e compositor brasileiro Raul Seixas: "A guerra é produto da paz". E o que se pretende é uma paz efetiva que tome como mote o que a guerra é capaz de fazer quando encontra apoio nas vozes de um povo, pois tudo ao nosso redor é, antes de tudo, discurso.

Palavras-chave: Terrorismo. Modernidade. Paz.

Referências

COLOMBO, L. S. **Terrorismo**: Lacunas Conceituais no Sistema Internacional Ano 2016 – Edição 18 – Novembro: 2016.

Valéria Antunes Dias

Tendo como tema "Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento moderno face à paz" foi realizado em 18 de outubro de 2019, o IV Seminário Internacional do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), trata-se de tema bastante complexo, dada a amplitude de condutas que o termo pode abarcar, não existindo uma definição neutra de terrorismo, visto que ato terrorista é qualquer expediente utilizado por pessoa, grupo de pessoas ou Estado, que emprega força ou violência física ou psicológica para infundir o medo generalizado entre a população e, com isso, atingir seus objetivos. A partir de Max Weber e Nagengast, C. (1994, p 203), diferentemente dos episódios conhecidos na idade antiga, geralmente ligados a causas religiosas, há legitimação da violência, para justificar o uso da tortura, do terrorismo e de outras formas de violência, como a "necessidade das sociedades se modernizarem rapidamente e a qualquer custo, de coordenar informações com os sistemas de controle social ou de legitimar o poder estatal". O terrorismo é uma construção social e política e como um fenômeno histórico, contextualmente situado, se transforma ao longo dos tempos. Deste emaranhado conceitual começava a nascer a vinculação entre terror, isto é, um medo indiscriminado e permanente despertado nas pessoas, e sua causa por razões de natureza política e variações de ideologia, estilo, escopo, proporções e violência. O objetivo do terrorismo é provocar pânico, fundamento do terror, portanto, não é morte ou aniquilamento, mas a sensação de vulnerabilidade, impotência e desamparo ante o atentado (SAINT-PIERRE, 2005). Novas ameaças ganharam relevo no mosaico dos problemas com o advento do século XXI, que colocam em risco a segurança dos povos, a estabilidade dos países e a concentração de esforços em favor da paz mundial. O mundo passa a viver uma época caracterizada pelas incertezas, onde as ameaças tornaram-se difusas, sendo fenômeno global de grande impacto na paz e na segurança. Ao discutir os conceitos de território, territorialidade e identidade territorial, buscando compreender como as identidades são moldadas pelo pertencimento a um território entrelaçando

as discussões com a realidade a brasileira, pautou-se principalmente pela dimensão simbólica de território, com enfoque sobre os conceitos de territorialidade e identidade e a influência mútua entre territorialidade e identidade. Para este propósito, foram utilizados de arcabouço teórico com autores que discutem essa questão. Haesbaert (2004) agrupa em dimensões: política, cultural ou simbólico-cultural e econômica. Assim, nenhum processo de territorialização é neutro. Essas reflexões são fundamentais para se pensar a problemática dos limites, visto que, alertam para a necessidade de superar a visão tradicional e avançar no sentido de considerar também as múltiplas relações de poder que são estabelecidas no espaço, devendo trilhar uma análise integrada dos territórios, vinculada à ideia de territorialidade.

Palavras-chave: Terrorismo. Territorialidade Vulnerabilidade social.

Referências

FRAGOSO, C. H. **Terrorismo e criminalidade política**. Rio de Janeiro, Forense, 1981.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Brasília: Abin, v. 3, n. 4, set. 2007.

LIMA, R. de. O suicídio-espetáculo na sociedade do espetáculo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 44, jan. 2005.

SOARES, J. A. N. O Terror como arma de guerra. **O Anfíbio:** revista do corpo de fuzileiros navais, Rio de Janeiro, v. 21, n. 20, p. 4-12, 2001.

EIXO 3

Trabalho, educação e Gênero no contexto contemporâneo

Ana Paula Araújo Lopes

No dia 25 de julho de 2019 comemoramos o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, relembramos a história de resistência de Tereza de Benguela, enquanto mulher negra e quilombola. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC), Campus XI, realizou o III Seminário sobre "Trabalho, Educação e Gênero no contexto contemporâneo", no Auditório Prof. Dr. Roberto Sídnei, na cidade de Serrinha - BA. A atividade se constituiu um "semear de ideias" e foi realizada em parceria com o Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), onde contou com a participação das conferencistas: a Profa. Dra. Telma Lima Cortizo e a Profa. Dra. Elisete Santana França, ambas da FundaçãoVisconde de Cairu (FVC), docentes do curso de Pedagogia. A atividade contou com a mediação do Prof. Dr. César Costa Vitorino, Professor permanente do MPIES/UNEB e com a participação dos estudantes do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social; estudantes de Graduação dos cursos de Pedagogia e Licenciatura em Geografia e os docentes do Departamento de Educação (DEDC). As palestrantes trouxeram contribuições importantes para pensar as questões de gênero na atualidade, a partir de suas pesquisas, de seus lugares de fala, vivências e experiências profissionais e pessoais. A Profa. Telma Cortizo trouxe algumas provocações a partir de sua pesquisa de mestrado e doutoramento, intitulada de "(Des)encanto do professor: angústia manifesta na contemporaneidade" e "Auctorias interrogadas: docência (re)inventadas", sendo que a questão central era pensar: "como se inscreve a desautorização na docência contemporânea? Qual o sentido do trabalho docente?". No limiar das discussões, fomos convidados e convidadas a refletir sobre o quanto, na condição de mulher, nós somos desautorizadas o tempo todo, seja no seio do grupo primário ou no grupo funcional (a família, grupos da igreja), segundo Martin Baró (1998) e no cenário do espaço escolar, o quão os docentes são desautorizados, pois conforme observou Canário (2008), por um lado que são tempos de promessas, ocasionados pela promessa do desenvolvimento, da mobilidade social, da ideia positiva vendida pela mídia de que a globalização trará saídas, conforme analisou

Santos (2001), quando tratou da globalização como perversidade , e , por outro lado, o tempo das incertezas, ocasionado pelo neoliberalismo e pelas políticas de privatização e mercantilização. Nesse sentido, outra questão que influencia e fragiliza o trabalho docente se constitui nas relações de poder. A Profa. Telma Cortizo concluiu que a autoridade docente não acabou, apenas foi transferida para o tráfico e para as redes sociais. A partir disso, surge outra provocação: como educar em tempos da perversidade da globalização? Como tornar o ensino escolar atrativo para os estudantes? Que tipo de escola estamos construindo? A escola tem focado o processo de produção do conhecimento a partir do contexto e da realidade dos sujeitos ou apenas reproduzindo uma lógica excludente e tecnicista? Como a cultura escolar tem trabalhado a questão da corporificação social? A respeito dessa última questão, a Profa. Elisete Santana, que discute a temática das relações de gênero e masculinidade, vem nos alertar que há uma cultura do silêncio e da invisibilidade no contexto escolar, pois que, a escola fomenta, a todo momento, a "pedagogia da heteronormatividade". Em sua pesquisa de mestrado intitulada "Saindo do armário as portas se abrem ou se fecham? As sexualidades na escola e na formação docente", discute as epistemologias do armário e a reinterpretação da questão de gênero com os docentes, que de acordo os resultados da pesquisa, se mostraram despreparados para tratar desse assunto em sala de aula. Alguns ainda concebiam a homossexualidade como doença, anomalia. A respeito disso, a Profa. Dra. Elisete Santana nos alertou que se esses docentes são, nada mais, que o resultado de suas construções históricas, já que são as marcas no nosso corpo que vão nos ajudar a enfrentar ou a recuar das discussões, é preciso pensar que nossos corpos são educados para sermos homens e mulheres e, nessa dimensão, o gênero vai além da diferença entre o natural e o biológico. O gênero, nessa perspectiva, é uma forma específica de corporificação social, que diz respeito, dentre muitas coisas, sobre a dimensão central da vida do sujeito, conforme observou França (2011). Um exemplo que a Profa. Elisete Santana trouxe para que pudéssemos refletir o qual o contexto cultural e histórico influencia no grupo social foi pensar o quanto causava estranhamento ver um "homem" usando brinco no século XIX. Essas questões foram sendo vistas como "normais" com o passar do tempo e a partir disso, percebe-

mos que os padrões ditos “normais e anormais”, assim como “o permitido e o proibido”, “o bonito e o feio”, se trata de uma construção social, isso não só em relação à questão de gênero, mas em relação a questão étnica, também. Já imaginou o quanto da política de embranquecimento de hegemonia europeia influenciou os padrões de beleza? Aliado a isso, é importante destacar a influência da ética protestante e do cristianismo na educação domesticadora e bitolada das mulheres, sobretudo, reforçando assim o machismo e o patriarcado, que mais na frente assume grande parte da responsabilidade das estatísticas do feminicídio. A forma de sentar, de falar, de como se vestir, do seu lugar social na sociedade, nos desautorizou diversas vezes, enquanto sujeitos de direito. Historicamente, sempre nos foi reservado o cuidado doméstico e do lar e nos foi negado o direito a trabalhar fora, de votar estudar, ocupar espaços importantes, exercer o poder da fala, e nos impuseram a dependência financeira, o casamento forçado. Historicamente, a sociedade começou a ditar as brincadeiras dos meninos e das meninas, os cursos, as profissões. Aos meninos foram reservados o papel de provedor da família, de proteger o lar, como também a visibilidade social e profissional e a masculinidade doentia e tóxica: meninos não podem chorar, demonstrar fragilidade, precisam ser fortes o tempo todo e falar grosso. Como resultado disso, presenciamos cada vez os percentuais alarmantes e níveis elevados de estatísticas a respeito da violência contra a mulher, gays e travestis. Há uma cultura de naturalização da violência contra esses sujeitos, naturalizada cada vez mais pela sociedade. O machismo e a homofobia matam todos os dias. Vidas são interrompidas em nome de determinados preceitos religiosos, pautados no fundamentalismo conservadorista. O direito à vida segue cada vez mais silenciado, abafado. Diante disso, enquanto sujeitos implicados no fazer científico, cabe-nos refletir: qual o papel da Universidade diante da lógica da desautorização docente, da cultura de heteronormatividade e das estatísticas alarmantes de feminicídio?

Palavras-chave: Mulher negra. Desautorização docente. Gênero e masculinidade. Educação.

Referências

CANÁRIO, R. **A escola:** das "promessas" às "incertezas". Educação Unisinos 12(2):73-81, maio/agosto 2008.

FRANÇA. E. S. da C. **Saindo do "armário" quantas portas se abrem/fecham?**: as sexualidades na escola e na formação docente, 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural). Universidade do Estado da Bahia, Campus II Alagoinhas, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia de la Liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

Izabel Cristina Lima Dias Alves

Este resumo é resultado dos debates decorrentes do Seminário Interdisciplinar intitulado "Trabalho, Educação e Gênero no Contexto Contemporâneo", promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), UNEB/campus XI, Serrinha - BA. O Seminário contou com a presença das professoras doutoras Telma Lima Cortizo e Elisete Santana da Cruz França, com objetivo de discutir o tema do Seminário, este compreendido como de grande relevância no cenário social, educacional, econômico, político e cultural. A profa. Telma abordou inicialmente o trabalho docente e o saber profissional, para tanto, utilizou-se da narrativa sobre sua história de vida. Oriunda de Maceió - AL, traz seu contexto familiar marcado pela existência de irmãs educadoras e irmãos machistas. Dialoga sobre sua tese de doutorado intitulada "Actoritas inter-rogada: docência reinventada" trazendo na perspectiva de uma pesquisa qualitativa, a análise da (des) autorização do professor no contexto contemporâneo e suas interferências para/no saber docente. Ao expor os instrumentos metodológicos, e mais especificamente a análise dos dados, afirmou utilizar da análise do discurso francesa. Com base no desenvolvimento compartilhado de sua pesquisa, ficou evidente a fragilidade da docência. Por meio de suas ponderações, cada vez mais as pessoas estão abandonando a profissão docente e poucos são os que ainda a exercerem na contemporaneidade. Traz a reflexão de qual o sentido a ser dado ao trabalho docente e para tanto utiliza uma autocitação "o sentido do trabalho docente tem como referência a dimensão política, ética e social da profissão" (CORTIZO, 2017). Ressalta a natureza do trabalho docente relacionada ao tempo - espaço formal - democratização escolar e tensão. Apresenta algumas reflexões pautadas em Tardif (2014) sobre o saber como representação, saber como juízo da realidade, saber como argumentação e saber docente. Conclui sua apresentação falando sobre o saber profissional docente, para tanto cita trechos de sua tese sobre sustentar a autoridade e criar ambiente acolhedor. Chama atenção ainda para a imprescindibilidade da ética, do desejo, escuta, cuidado e reconhecimento na efetivação do

saber profissional docente. A segunda palestrante, professora doutora Elizete Santana da Cruz França, inicia sua explanação demonstrando que a trajetória não é feita sozinha e que o lugar de onde o constrói seu discurso é o de sujeito encarnado, de sujeito implicado com saber científico. Apresenta o porquê de sua implicação com a temática das relações de gênero e masculinidade. Para tanto, traz a reflexão a partir de suas vivências com as questões de gênero nos contextos sociais e escolar, vivências de masculinidades e feminilidades, percurso acadêmico e profissional. Retrata sua participação na pesquisa "masculinidade em corpo feminino: tecendo articulações entre a pesquisa, extensão e políticas" sobre como mulheres são vistas nesses espaços. Como ponto principal de sua discussão, retrata sobre o silenciamento da escola pública nas discussões sobre a relação de gênero e sobre os obstáculos relacionais vivenciados nestes ambientes. Faz também uma reflexão de gênero no campo da cultura e para tanto define o que é cultura, mostrando que os estudos culturais possibilitam a investigação de gênero, sexualidade, cultura popular e raça. Leva a reflexão sobre a descorporificação do social retratando que os corpos são constituídos socialmente, são, portanto, interconectados por meio de práticas sociais e que estas práticas formam estruturas sociais e trajetórias pessoais e psicológicas. Para ela, não existe corpo universal biológico, social, cultural. Como aprendizado, a professora Elizete, a partir de suas leituras, define gênero como uma forma especifica de corporificação social e como uma dimensão central na vida pessoal das relações sociais. Conclui retratando que a cultura da escola é formada por crenças, valores e tensões, refletindo assim em dispositivos de poder. Para além dos temas discutidos, a aproximação às falas das professoras, é uma boa oportunidade para aprender sobre aspectos metodológicos, seriedade e ética na condução teórico e metodológica de futuras pesquisas.

Palavras-chave: Seminário Interdisciplinar. Trabalho docente. Saberes. Vivências de masculinidades e feminilidades.

Referências

CORTIZO, T. L. **Auctoritas inter-rogada: docência (re)inventada**. 2017. 225 fls. Tese (Doutorado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, ***Campus*** I. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes limitada, 2014.

Janara Aparecida Teixeira Batista

Esse resumo trata do Seminário organizado pelo o grupo de pesquisa Epods, parceria com o Mestrado MPIES, em 25 de julho de 2019 ocorrido no Campus de XI Serrinha Bahia. O seminário teve como tema "Trabalho, Educação e Gênero no contexto contemporâneo" ministrado pela as professoras: Doutora Telma Lima Cortizo e Dra. Elisete Santana da Cruz França, ambas da FVC. A primeira fala foi da Dra. Telma Cortizo, com o tema: "Trabalho docente e o saber profissional". Em sua fala a professora abordou o (Des)encanto do docente, as angústias manifestas na contemporaneidade. Segundo a professora, cada vez mais docentes querem abandonar as salas de aula e menos profissionais querem exercer a docência. Continua sua fala cintando Pereira (2008, p.184): "o mestre também teve que ser aquele que vai despir dos ideais da tradição, desses ideais metafísicos e se nivela as massas, a fim de educá-las para uma sociedade que supostamente nos vincula, a todos como irmão". A professora Telma questiona em sua fala: qual o sentido do trabalho docente? Segundo a mesma, o sentido do trabalho docente tem como referência a dimensão política, ética e social da profissão (CORTIZO, 2017), relacionado a tempo, espaço formal, burocratização escolar, tudo isso ocorre mediante a tensões. A professora questiona ainda quanto a construção do saber profissional dos professores, citando Tardif (2014) sobre "Saberes como representação: saber como juízo de realidade/saberes como argumentação. Finaliza sua fala com o saber profissional docente, citando um trecho de sua tese sobre: manter a autoridade sem prescindir de um ambiente acolhedor. O saber profissional docente, perpassa por ética de desejo, escuta, cuidado, autoridade e reconhecimentos. A segunda fala foi da Professora Dra. Elizete Santana da Cruz França, com o tema: "Trabalho docente e o saber profissional", o sujeito implicado no "saber cientifico". Iniciou sua participação resumindo sua trajetória profissional e em seguida fazendo um questionamento: Porque a implicação com a temática das relações de gênero e masculinidade? Indagou quanto as vivências com as questões de gênero nos contextos sociais e escolares e vivências de masculinidade e femini-

lidade, considerando as influências do contexto sócio-histórico, político e econômico que constitui em agrupamento humano. A professora segue sua fala fazendo indagações quanto a corporificação do social, fazendo inferências às práticas em que os corpos são envolvidos, formando estruturas sociais e trajetórias pessoais. Segundo a professora, os corpos são interconectados por meio de práticas sociais, o pensamento do não existir um corpo universal e sim psicológico, social, biológico e cultural (marcado por experiências especificas de classe, de gênero, de raça, de etnia e de idade). França finaliza sua fala questionando a necessidade de se discutir gênero, através da corporificação social, da cultura escolar através dos saberes que selecionam e unificam as ações dos sujeitos sociais por meio de crenças, valores tensões e negociações dos atores sociais.

Palavras-chave: Desencanto docente. Contemporaneidade. Saber profissional. Gênero.

Referências

CORTIZO, T. L. **Actoritas interrogada**: docência (re)inventada. Salvador, 2017.

PEREIRA, M. R. R. **A Impostura do Mestre**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2008.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. Kreuch, J. B. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Karine das Neves Paixão Silva

O presente resumo, resultado do Seminário: "Trabalho, Educação e Gênero no contexto contemporâneo, que teve como palestrantes as professores Dra. Telma Lima Cortizo e Dra. Elisete Santana da Cruz França, tem como escopo o papel da escola enquanto instituição formadora e sua relação com a inserção da mulher no mercado de trabalho. Falar de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar exige uma reflexão também acerca conceitos e pré-conceitos, pois desde o nascimento que somos orientados a agirmos de formas distintas e com comportamentos "típicos" para meninos ou para meninas, conforme considerado adequado pela sociedade, como, por exemplo, a cor para menino usar é azul ou a cor de menina é rosa, coisa de menino x coisa de menina. Outra alusão feita a essa questão de gênero é pensar em profissões como professor (público feminino) e carreira militar (público masculino). Nesse contexto, o papel da escola para a igualdade dos gêneros está em garantir que não haja um padrão de comportamento sexual considerado como ideal ou melhor; a educação deverá, dentre outras coisas, garantir o acesso e a permanência, a diversidade dos sujeitos na escola pública, além de promover a reflexão de questões sobre preconceito e a desigualdade em relação à orientação sexual (SILVEIRA, 2010). O gênero é um conceito que se refere à construção cultural e humana, à educação fornecida às crianças e a sociedade em geral; o gênero feminino é colocado em situação de vulnerabilidade, uma vez que a mulher é vista como o "sexo frágil" e o homem como o "sexo de maior poder e força" (não me refiro aqui a questões biológicas). Em se tratando de vulnerabilidade, essa desigualdade de gênero é mais acentuada em mulheres de baixa renda, embora existam muitas mulheres que respondem pela renda familiar. O grande desafio para alcançar essa igualdade está em fazer com que homens e mulheres entendam que têm os mesmos direitos, promovendo uma cultura menos machista e menos patriarcal, trabalhando, desde a primeira infância, seja em casa ou na escola, questões de igualdade de gênero. Outra questão que pode ajudar nessa questão é o fortalecimento e potencialização de políticas públicas que

sejam aplicadas tanto no que diz respeito à questões de renda, quanto ao social desse público feminino, principalmente preparando-a para o mercado de trabalho, para que a mulher possa ocupar esses espaços na sociedade em pé de igualdade com o homem e possa ser remunerada de forma igualitária, sem que ocorra a reprodução da cultura machista que muitas mulheres fazem, mesmo que inconscientemente. Pensar que a atuação feminina não se resume a tarefas domésticas e que o empoderamento econômico-financeiro feminino traz a possibilidade para que ela contribua com a sociedade sem ser vista e tratada como gênero inferior ou frágil, além de acabar contribuindo com a diminuição de outros tipos de violência que esse público vulnerável sofre. Começar a trabalhar a família, para além da sala de aula, pode representar um caminho em busca dessa igualdade de gênero, podendo a escola atuar por meio da realização e projetos sociais que tenham tal finalidade.

Palavras-chave: Escola. Mercado de trabalho. Políticas públicas.

Referências

SILVEIRA, V. PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação –** Versão Preliminar. Curitiba: SEED, 2010.

Lousana de Jesus Santana

Este resumo foi elaborado com base no Seminário: Trabalho, educação e gênero no contexto contemporâneo realizado na Universidade do Estado da Bahia, campus XI- Serrinha pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social. O objetivo é apresentar concepções relacionadas ao trabalho, educação e gênero a partir de pesquisas stricto sensu. A problematização de questões relacionadas à docência em primeiro momento e questões ligadas a gênero no segundo momento. A professora Dra. Telma Lima Cortizo traz como tema seu trabalho docente e o saber profissional; no início ela faz um recorte de extrema importância em relação ao seu lugar de mulher e mãe, em seguida começa a fazer a abordagem do tema trazendo à luz o assunto autoridade docente e a atual conjuntura. A pesquisadora expõe sobre desencanto docente, problematiza o desaparecimento da autoridade docente e afirma que a autoridade como um todo não desaparece, pode-se perceber a presença da autoridade em outros lugares fora do contexto escolar (CORTIZO, 2017). No segundo momento do seminário a professora Dra. Elisete Santana da Cruz França problematiza as construções de gênero colocando que o gênero se constrói dentro da sociedade a partir do momento que nascemos, a sociedade nos impõe o que é de menino ou de menina, durante nosso processo de crescimento são divididos os papéis que serão desempenhados mais tarde. As brincadeiras da infância, por exemplo, são uma parte importante para a construção e consolidação do ser homem ou ser mulher. A pesquisadora aponta ainda que o gênero é a corporificação social e que estes corpos, que não são iguais, são marcados por experiências específicas de classe, de gênero, de raça, de etnia e de identidade. Diante disso, tanto homens quanto mulheres recebem ao nascer uma forma engessada de ser e que muitas vezes é uma forma desigual de acesso à igualdade de direitos. França, entretanto, aponta que a questão de gênero não pode ser apartada da dimensão política, sócio-histórica e econômica, pois nossa existência em sociedade tem bases nesse tripé e infere marcas nas possibilidades que cada indivíduo vai ter.

Palavras-chave: Gênero. Autoridade. Raça.

Referências

CORTIZO, T. L. **Auctoritas inter-rogada: docência (re)inventada**. 2017. 225 fls. Tese (Doutorado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, ***Campus*** I. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC, 2017.

Maria Lúcia de Fátima Calabria

Esse resumo é referente ao Seminário Trabalho, Educação e Gênero no Contexto Contemporâneo, atividade do Mestrado Profissional, apresentado pelas Professoras do curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC), Dra. Telma Lima Cortizo e Dra. Elisete Santana da Cruz França, realizado no dia 25 de julho de 2019, pelo Departamento de Educação/Universidade do Estado da Bahia , Campus XI – Serrinha-BA, integrando a carga horária do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Versando sobre o trabalho docente e o saber profissional, Cortizo fez um recorte da sua pesquisa de doutorado: Auctoritas Inter-rogada: docência (re)inventada – mal estar da profissão –, e da sua dissertação: (Des)encanto do professor: angústia manifesta na contemporaneidade. Como resultado da pesquisa, enfatiza-se que o adoecimento dos docentes é resultante da desvalorização dessa categoria, desautorizada pelos pais, famílias e sociedade. Fundamentada nos construtos da psicanálise, a professora faz uma reflexão da questão da (falta de) autoridade docente e articula com os valores na sua formação humana familiar, profissional e na sua retrospectiva de vida. Ela narra a situação generalizada desses educadores, ao se deparar com a necessidade de conectar os valores da formação e educação, sua função social e os múltiplos conflitos do cotidiano social e escolar, numa contemporaneidade de tantas crises. Na sua fala e na sua pesquisa pode-se observar os sentimentos de angústia, entretanto, também de enfrentamento dos educadores, que no cotidiano de convivência coletiva multicultural é possível se constituir como um ator propositivo e interventivo. A pesquisa investigou como se desenvolve a (des)autorização docente na escola e na comunidade. A abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa, com ênfase no estudo de caso (YIN, 2015), o lócus foi um escola estadual e os colaboradores foram 7 (sete) sujeitos professores. Foram realizadas observações, entrevistas semiestruturadas e conversações. Já a professora Elizete Santana tratou das relações de sociabilidade. O significado do trabalho como ação humana e a implicação com a temática das relações de gênero e masculinidade, abordando as vivên-

cias que marcam na família, escola e na sociedade. Se referiu à questão da gestão do espaço como lócus de conflito por conta dos preconceitos e obstáculos relacionais. Sobre o conceito de cultura, a pesquisadora, fundamentada em Eagleton e Guertz, proferiu: cultura é toda dimensão humana, considerando as influências do contexto sócio-histórico, político e econômico que constituem um agrupamento humano, possibilitando entender os seus diversos segmentos. No tocante à temática da corporificação do social, a professora destacou a problemática dos atores visíveis e invisíveis da sociedade contemporânea, frisando que os corpos são construídos socialmente, interconectados por meios de práticas sociais, práticas em que os corpos envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais. Dando continuidade, ela ainda expôs que o afeto e o respeito precisam existir nesses corpos e que não existe um corpo humano universal, pois marcas biológicas, psicológicas, sociais, culturais, existentes por experiências específicas de classe, gênero, raça, etnia e de idade vão delinear as subjetividades. Nessa perspectiva, baseando-se em Cannell, Pearse (2015), a pesquisadora conceituou gênero como uma dimensão da vida pessoal, das relações sociais e culturais. O estudo de caso e o grupo focal foram desenvolvidos pela pesquisa para observações e análises em temas da sexualidade no ambiente escolar e na formação docente. As categorias de análise foram as brincadeiras, os arranjos familiares, violência, silêncio, banalização, indiferença, (in)visibilidade. As estatísticas comprovam que é preciso falar de gênero nas instituições escolares.

Palavras-chave: Adoecimento docente. Estudo de caso. Sociabilidade. Gênero e masculinidade.

Referências

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Marinalva de Souza Teixeira Silva

O Seminário Interdisciplinar do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), ocorrido do dia 25 de julho de 2019, ofereceu uma palestra intitulada "Trabalho, Educação e Gênero no contexto contemporâneo", e com ela reflexões referentes a temática gênero e como construímos as relações sociais desiguais entre homens e mulheres no sistema capitalista, tendo como objetivo contextualizar e, com isso, desnaturalizar as desigualdades a partir da análise das construções e relações sociais. Segundo Louro (1997), isso acontece dentro de uma lógica dicotômica, o que implica uma ideia singular de masculinidade e feminilidade. Isso supõe ignorar todos os outros sujeitos sociais que não se enquadram em uma dessas formas. Assim, foram feitas indagações, como: para quem serve essa educação que separa, classifica, considera como normal e natural às relações sociais desiguais? A escola enquanto um dos espaços formadores de opiniões e transmissora de conhecimento tem contribuído para a manutenção das relações desiguais entre homens/mulheres, colaborando com uma sociedade segregada e opressora, sendo o seu dever o de problematizar discussões acerca das diferenças entre pessoas. Salienta-se que é necessário respeitar todas as outras maneiras de ser e viver no mundo, em oposição ao modelo capitalista tradicional e heteronormativo. Nesse sentido, é preciso desnaturalizar as opressões na educação "tradicional" escolar com a introdução da discussão da temática em questão. Aos educadores, enquanto sujeitos formadores dessa história, cabem lutar, resistir e não serem omissos e coniventes com qualquer tipo de dominação e discriminação. Desse modo, a escola precisa tornar-se promotora do respeito às diferenças, tornando-se também um lugar acolhedor para todas as pessoas, eliminando assim todas as formas de discriminação em seu ambiente escolar. Freire, ilustre educador, enfatiza que educar demanda respeito à autonomia do educando, definindo bem os limites entre autoridade e liberdade, buscando amadurecer a sua capacidade de indagar, de comparar, de duvidar, de aferir, pois quanto mais curiosos se tornarem, mais críticos serão.

Palavras-chave: MPIES. Seminário Interdisciplinar. Heteronormatividade. Respeito.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

REVISTA EDUCAÇÃO - GRANDES TEMAS. **Gênero e sexualidade**: Mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação. São Paulo. Editora Segmento. N.2, p.7-15. Março. 2008.

Mario Antônio Santana de Oliveira

Este resumo refere-se ao Seminário Trabalho, Educação e Gênero no Contexto Contemporâneo, caráter interdisciplinar, que faz parte de uma das atividades do Mestrado Profissional. Abrindo as discussões, a profa. Dra. Telma Lima Cortizo, Coordenadora e Professora da Fundação Visconde de Cairu(FVC), comentou a respeito da sua pesquisa de doutoramento nomeada "Auctoristas inter-rogada: docência (re) inventada (2017)", fundada nos pressupostos teóricos metodológicos e epistemológicos da psicanálise e educação, tendo como objetivo analisar a (des)autorização docente na escola contemporânea, buscando desvelar suas implicações no saber docente. Para a pesquisadora, o conceito de autoridade é polissêmico. No momento de sua fala, a expositora preocupou- se em afirmar que a autoridade está ancorada na tradição, porque implica o exercício de lugares diferenciados. No entanto, a assimetria correlata a autoridade permite ao docente, e também ao(a) aluno(a), reconhecer-se sujeito do processo de aprendizagem, sendo o saber uma experiência investida e ética. Assim, a autoridade pode ser afetada quando o docente não se posiciona eticamente ou quando seu senso de justiça é dúbio e escorregadio. Na coleta de dados utilizou-se: observação, entrevista semiestruturada e conversações. Os sujeitos participantes da pesquisa foram selecionados pelo critério do desejo, perfazendo o total de 7 (sete) advindos do ensino médio. O ***lócus*** da pesquisa foi uma escola pública da rede estadual da cidade de Salvador, de porte grande, localizada num bairro central da cidade. Nesse sentido, postula-se o investimento na palavra e na escuta das singularidades como princípios que permitam emergir a autoria, o reconhecimento, o respeito e a valorização profissional, quiçá, por essa via, a docência possa ser (re)inventada. Reforça-se a ideia de que a autoridade inter-rogada se apresenta como uma marca preponderante desse contexto que respinga na sala de aula, na relação com o aluno e com os familiares, com os pares, encontrando-se, por sua vez, enraizada no cerne da prática educativa. Logo após, a profa. Elisete França tratou do tema Gênero, associado ao contexto social e familiar em foi criada, apresentando sua estrutura familiar, fruto da relação heteronormativa. O gênero feminino estava associado à delicadeza, sensibilidade, amorosidade, enquan-

to o gênero masculino, vinculado ao comportamento rígido e tosco. Todavia, o modelo feminino pré-estabelecido no contexto familiar não refletia a realidade da Profa. Elisete, pois, em seu cotidiano, costumava andar descalça, jogar bola com os colegas do bairro, correr picula, além de praticar outras brincadeiras de criança. Apesar de não atender ao senso comum das "meninas" de seu tempo, esse comportamento não comprometeu o caráter, tampouco a personalidade e, menos ainda, sua feminilidade. Em geral, a sociedade espera que a mulher estude, forme-se, trabalhe e constitua uma família e se possível, gere filhos. De forma descontraída a Profa. Elisete nos fala que "divide as responsabilidades com um rapaz com quem mora, seu esposo". Ao tratar do núcleo familiar que compõe, fez questão de registrar sua origem humilde, com pais de pouca formação escolar, e que conviveu nos primeiros anos de vida na companhia de seu pai (único homem), sua mãe e duas irmãs. Portanto, trata-se de um núcleo familiar com uma representatividade feminina significativa, do ponto de vista da questão de gênero. Como foi dito anteriormente, jogava bola com os meninos, o que inclusive foi motivo de comentário de seu pai: "parece que tenho uma filha moleque macho". Na época, não foi motivo de questionamento para ela, mas hoje, certamente seria uma provocação quanto ao direito de ser mulher e fazer escolhas. Dito isto, é possível entender porque as mulheres têm assumido cada dia seu espaço na sociedade, reivindicando respeito e direito de serem cidadãs. Falar em conquistas femininas nos faz retomar fatos históricos, a exemplo: direito ao voto, anticoncepcional oral, lei Maria da Penha, entre outras conquistas.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Representatividade Feminina.

Referências

CORTIZO, T. L. Auctoritas inter-rogada: docência (re)inventada. 2017. 225 fls: il:. color . Tese (Doutorado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Campus I. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC, 2017.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46. Acesso em: 14 dez. 2019.

Sebastiana Maria Ribeiro da Silva

No Seminário Trabalho, Educação e Gênero no Contexto Contemporâneo, interdisciplinar, promovido pelo Mestrado MPIES, UNEB/campus XI, Serrinha – BA, o cerne da questão é acatar a ideia de que uma das principais características da contemporaneidade é a possibilidade de abarcar inúmeras vozes dentro de um mesmo espaço. Não que essas mesmas vozes fossem inexistentes em outros tempos, mas eram silenciadas no seu direito sagrado de ter o que falar. Por essa lógica, muitos discursos tomaram a dianteira das coisas e se impuseram como pensamentos hegemônicos que ditaram comportamentos e formas de agir na vida cotidiana. Dentro desse cenário, pode-se citar as questões ligadas ao gênero: o ser masculino e o ser feminino sempre estiveram ligados à natureza meramente biológica dos indivíduos, o que os engessou em modelos segregacionistas em quase todos os campos do conhecimento humano. Na atualidade, percebeu-se que nada em relação aos indivíduos está dado por completo, e conforme explanou a Professora Dra. Elizete Santana da Cruz França, com larga experiência em cargo comissionado na rede pública estadual da Bahia, enfatizando que estamos sempre em movimento e construindo saberes. Desse modo, as mulheres negras não podem ser condicionadas a espaços subalternos apenas por serem mulheres negras, posto que nem todas as mulheres negras pensam e agem da mesma forma, mas acabam por sofrer estigmas em todos os ambientes. No entanto, o contexto contemporâneo conclama a essas mulheres a repensarem seu lugar de fala na sociedade que as rotulou, sobremaneira na educação, lugar primeiro da quebra de paradigmas estabelecidos. A escola deve ser um espaço de discussão constante sobre discursos enraizados, e como bem nos ensinou Foucault (2012), o discurso é feito de inúmeros enunciados que se desmembram em outros discursos e assim criam verdades absolutas, o que nos impele a ir na contramão dessas verdades e repensar diuturnamente o nosso agir intelectualmente, como seres dotados de falhas e acertos. A professora Dra. Telma Cortizo, coordenadora do curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC), abordou a respeito

dos anseios e angústias de ser professor num mundo em que as diferenças foram ainda mais alargadas e postas à vista de todos. Ser professor na contemporaneidade, a partir da pesquisa de doutoramento por ela realizada (2017), exige múltiplas formas de expressar o conhecimento, muito além de transmitir conteúdos, o docente problematiza, nunca traz respostas acabadas, mas aponta possíveis caminhos para se chegar a, quem sabe, muitos caminhos. Não se trata de bagunçar as coisas, mas deslocá-las para observar seus efeitos na vida de cada um. A educação de gênero não significa ideologia de gênero, como se confunde muito, educação de gênero trata-se de trazer para a escola o debate acerca do que é ser homem/mulher, menino e menina, sem que imponha esse ou aquele conceito, mas colocar a pluralidade inerente a todo e qualquer ser humano. Acima de tudo, o debate gira em torno de respeitar as diferenças, que são múltiplas, e talvez esse seja o desafio maior do educador contemporâneo, pois já não conta com o aparato da supremacia de sua profissão, que tudo sabe e, por essa razão, transmite a verdade dos fatos. Agora, as verdades são muitas, múltiplas e estão estampadas em todas as faces.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Contemporaneidade.

Referências

CORTIZO, T. L. **Auctoritas inter-rogada: docência (re)inventada**. 2017. 225 fls. Tese (Doutorado) Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, ***Campus*** I. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC, 2017.

FOCAULT, Michel. **Ditos e escritos**, volume IV: Estratégia Poder-Saber. Trad. RIBEIRO, V. L. A. In: (org) MOTTA, M. de B. 3 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2012.

Valéria Antunes Dias

Foi proferida no dia 25 de julho de 2019 a palestra intitulada: "Trabalho, Educação e Gênero no Contexto Contemporâneo", no Mestrado MPIES, UNEB/campus XI, Serrinha-BA, pelas docentes Profa. Dra. Elizete Santana da Cruz França e Profa Dra. Telma Lima Cortizo, ambas docentes do curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC), localizada na cidade de Salvador-BA. A discussão das questões de gênero, apresentada por França, possibilitou compreender as formas de desigualdade e exclusão social e educacional que são reproduzidas e repercutem na escola. Esta compreensão auxilia-nos a refletir sobre os significados de masculino e feminino presentes em nossa sociedade, como se desenvolvem as relações entre homens e mulheres, e como se desenvolvem as questões de poder estabelecidas nestas relações. O objetivo foi discutir as representações nas ordens de gêneros e sua função ideológica, política legitimadora das relações de poder em que se fundam o sistema de dominação vigente no cotidiano escolar. Bem como, propor reflexões acerca do papel da escola no exercício de subverter a ordem dos gêneros, numa prática pedagógica, a partir de uma perspectiva emancipatória, capaz de suscitar uma educação formal que promova a igualdade entre homens e mulheres. Cabe aos profissionais da educação promoverem uma educação emancipatória, capaz de formar cidadãos críticos, possibilitando-lhes identificar os estereótipos sexuais e questionar os fundamentos e representações engendrados nestas relações de poder. Para considerar tais aspectos há de se realizar investimentos pessoais e ter "disposição" para saber como nos constituímos em atores sociais, ou seja, professoras e professores, mães e pais, filhas e filhos, trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e homens. Pensar a partir da categoria teórica gênero nos dá a possibilidade de entender as relações entre os sexos também no âmbito da cultura, do simbólico, das representações, e isso é muito importante quando se pensa em educação, porque quando trabalhamos nessa área, reconstruímos a cultura, os valores, os símbolos nas novas gerações, transmitindo ou recriando, reproduzindo ou transformando as hierarquias, as diferentes importâncias atribuídas socialmente àquilo que

é associado ao masculino e ao feminino. Sendo assim, a escola, juntamente com os seus/suas educadores/as, tem um grande papel na não-perpetuação da hierarquia de gênero. Cortizo, por sua vez, falou da sua pesquisa de doutoramento nomeada "Auctoristas inter-rogada: docência (re) inventada (2017)". Ela explicou que a pesquisa doutoral fundamenta-se nos pressupostos teóricos metodológicos e epistemológicos da psicanálise e educação, tendo como objetivo analisar a (des)autorização docente na escola contemporânea, buscando desvelar suas implicações no saber docente. A pesquisadora enfatiza que o conceito de autoridade é polissêmico. No momento de sua fala, a expositora preocupou-se em afirmar que a autoridade está ancorada na tradição, porque implica o exercício de lugares diferenciados.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Saber docente.

Referências

FARIA, N. et *al*. **Gênero e Educação**. Sempre viva/ Organização Feminista, São Paulo: 1999.

LOPES, E. M. T. **Pensar categorias em História da Educação e Gênero**. Projeto História. São Paulo, n.11, 1994.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

REVISTA EDUCAÇÃO - GRANDES TEMAS. **Gênero e sexualidade**: Mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação. São Paulo. Editora Segmento. N.2, p.7-15. Março. 2008.

EIXO 4

Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas

Ana Paula Araújo Lopes

No dia 29 de novembro do ano de 2019, na sala do Anexo Paulo Freire, a Professora Isabele Sanches Pereira, Doutora pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Professora Janeide Bispo dos Santos, Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), compareceram a convite do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação (DEDC), *Campus* XI, cidade de Serrinha – BA, para ministrar uma palestra cujo título foi: "***Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas***". O evento contou com a participação dos alunos regulares e especiais do MPIES, dos professores que compõem o Programa MPIES, além dos estudantes dos cursos de Graduação de Licenciatura em Geografia e Pedagogia. Com um discurso temático pertinente, as palestrantes alcançaram com sucesso os objetivos propostos. A discussão foi iniciada a partir da percepção de que desde o processo de colonização que as ditas minorias sofrem um processo de marginalização. Boa parte desses conflitos se iniciam no campo brasileiro e são marcados basicamente por dois elementos: a expropriação e exclusão social (calcados pela violência no campo e os conflitos agrários). A questão agrária no Brasil, tão atual e discutida por diversos setores de nossa sociedade, remonta um longo processo histórico que assinala o problema da concentração de terras em nosso país. Primeiro, quando recordamos das Capitanias Hereditárias (1534 a 1536), que se constituiu um sistema administrativo de divisão e doação de terras aos nobres, que eram ligados ao clero e ao império, perceberemos que a violência com os povos negros e indígenas foi normatizada desde a época da colonização do Brasil. Segundo, ao lembrarmos da "lei de terras", de 1850, um marco regulatório instituído, ou seja, nesse processo de contradição, o Estado regulamenta a posse de terras nas mãos de poucos e a condição de exploração dos povos nativos (índios e negros). A questão agrária não é algo recente, mas sim centenária, assim como os conflitos no campo e a concentração fundiária. Esse processo de dominação im-

perialista ocasionou não só a colonização do território, mas também, a colonização do ser, do saber e do poder. Diante desse processo severo, cabe-nos refletir que nossas identidades foram estereotipadas e que nossos povos foram destituídos. Se não temos lugares, nós não existimos! Esse processo de expropriação e as marcas do genocídio decorrentes do processo de colonização do Brasil se perpetuam até os dias atuais. Os códigos estabelecidos pela burguesia, decorrentes do projeto imperial, nortearam historicamente o atual modelo de sociedade, de política, jurídico e ideológico. Nessa perspectiva, as palestrantes nos convidaram a refletir sobre o impacto de toda essa conjuntura dentro do espaço da academia. Chegamos, então, à compreensão coletiva de que não estamos sendo universidade, do ponto de vista do imaginário do "universo na diversidade e das pluralidades". Historicamente, a universidade se constituiu um espaço segregacionista, elitizado, burguês e reservado para um determinado grupo social. Com o passar do tempo, pautou-se o debate e a luta em torno de uma universidade mais plural e popular. Mesmo diante de alguns ganhos, ainda nos deparamos com a necessidade de rompimento com a lógica do pensamento colonial, abissal e sulista, e com a urgência na construção de outras epistemologias. A descolonização do saber é tão urgente quanto necessária. As marcas históricas do pensamento colonial levaram à invisibilização de diversos povos, saberes e sujeitos sociais, sobretudo, os saberes dos povos negros, indígenas e do campo. Nessa dimensão, é preciso descolonizar para que os diversos povos possam se reconhecer enquanto sujeitos sociais e direito e a partir daí estabelecer interlocuções acadêmicas. Todavia, em meio ao debate sobre a temática em questão, emergiram diversas provocações a partir das reflexões tencionadas pelas colaboradoras. As palestrantes frisaram que, apesar do encerramento da palestra, algumas reflexões precisavam ser tencionadas, todos os dias, em outros espaços. Uma dessas questões se constitui na importância do educador enfatizar o contexto histórico crítico em sua prática pedagógica, para que essa temática não caia na armadilha da discursividade naturalista. Outra questão para refletir é apresentada nos seguintes questionamentos: de que forma a universidade pode se aproximar dos povos marginalizados? E, em

contrapartida, de que forma esses povos, considerados marginalizados, podem se aproximar da universidade? Esse é um debate urgente e necessário que precisa ser tencionado em outros espaços, posteriormente.

Palavras-chave: Colonização. Marginalização. Criticidade. Descolonização do saber.

Referências

ARAÚJO, L. **A educação como um direito dos povos do campo** (artigo impresso).

BOGO, A. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

GERMANI, G. I. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006, p. 115-147. Último acesso em 29/02/2020. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_condicoeshistoricassociasacessoterra_0.pdf.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das lutas no campo**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1990.

Izabel Cristina Lima Dias Alves

Este resumo foi produzido a partir do tema desenvolvido no Colóquio Cultura Identidades e Questões Afro-Brasileiras e Indígenas, realizado em 29 de novembro de 2019, pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), em Serrinha, no *Campus* XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelas pesquisadoras profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira, professora Dra. Janeide Bispo dos Santos, mediado pelo professor mestre Miguel Pereira Filho, do CETEP Sisal. A professora Isabelle inicia sua explanação afirmando que toda apresentação traz aspectos sobre a nossa identidade. Desse modo, ela retrata o conceito de lugar de fala na perspectiva de um lugar social, no qual o discurso está ligado ao sentido de existência. Em relação à temática do Colóquio, afirma não se sentir confortável para trabalhar com as questões indígenas, haja vista não possuir uma relação concreta de pertencimento com esse grupo, entretanto ressalta ser uma causa de extrema importância, merecedora de ser discutida por quem conhece e estuda as políticas próprias desta etnia e dos marcos legais. Apresenta uma trilogia "Eu, minha mãe e minha vó" tema proposto no início de suas atividades para que as mulheres escrevam e demostrem o fato de suas identidades serem marcadas pela força feminina de histórias legítimas de pessoas próximas. Traz um recorte de sua tese de doutorado realizada no programa CEAFRO: Educação para a igualdade racial e de gênero (PEREIRA, 2006). Compartilha de forma memorialística sua história de vida, fala também de outra experiência ocorrida no grupo de mulheres negras, UFBA, chamado CEAFR. Segundo suas informações, esse grupo existe há 17 anos fazendo extensão, pesquisa e ações para formação de professores. É também responsável pelas discussões sobre como deveriam ser desenvolvidas as disciplinas de cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, pois o trabalho não se resume a história da África. Dentre suas reflexões, ponderou acerca das professoras da educação básica lidarem com o racismo institucional e não se subordinarem a ele, por mais que esteja engendrado na máquina institucional. Relatou algumas formas de racismo enfrentadas em seu caminhar, como sua ex-

periência de professora universitária iniciada no candomblé no Terreiro do Cobre, na cidade de Salvador-BA. Em relação ao atual momento de intolerância religiosa e marginalização do conhecimento, referiu-se ao Cacique Babau, chamando atenção sobre não podermos estar separados. Para a professora, a universidade precisa garantir a todos seus lugares de fala, pois se assim não fizer não será universidade, porque o chamado saber científico, distingue, hierarquiza, subalterniza determinados conhecimentos. Coloca algumas frases para reflexão "descolonizar para se afirmar como povo"; "cuidar do que os nossos antepassados nos ensinaram para construir uma nova e futura sociedade"; "o princípio: a luta pela terra e pelo território" e "ocupar, resistir e produzir". Para provocar debates apresentou um trecho de um vídeo de mestre Joelson Ferreira, uma liderança do assentamento Terra Vista, videoaula produzida pela UFMG. Ela conclama para utilização de autores e a fuga ao pensamento eurocêntrico. Ainda, para a professora, para produzir um conteúdo diferente teremos que promover novas formas de fazer. Comentou sobre a necessidade de cuidar do conhecimento dos nossos antepassados e, com base no vídeo, falou da questão da divisão de regiões em territórios, das questões agrárias. Enfatizou que a identidade nos move e é construída a partir da visão de territorialidade, pois um negro do Nordeste não é igual a um negro de outra região. Fez alguns questionamentos buscando a interação subsidiada por relatos dos presentes e finalizou ponderando sobre um novo modelo de produzir conhecimento. A Professora Dra. Janeide Bispo dos Santos, por sua vez, iniciou falando da necessidade de uma demarcação importante para falar de futuras identidades, nesse sentido, afirma ter sua identidade construída como camponesa. Neste lugar, a partir das múltiplas dimensões desse espaço agrário brasileiro, reportou-se ao modo contraditório de construção de inúmeras identidades e da produção de questões afro-brasileira e indígenas. Como professora de geografia, afirmou se dedicar a estudar os desdobramentos das questões agrárias brasileiras, a exemplo das questões quilombolas e da educação do campo. Falou do seu trabalho de mestrado, no qual analisou a territorialidade de três comunidades situadas no município de Irará, sendo seu trabalho utilizado como referência para o relató-

rio técnico que permitiu a certificação das comunidades pela Fundação Cultural Palmares. Reportou ao título do colóquio, afirmando a necessidade de deixar claro o processo de dominação imperialista apoiado por um processo de dominação ideológico cultural fundamentado em parâmetros racistas, classistas, machistas. Para a pesquisadora, são esses elementos criadores da relação de identidade subjetivas e materialmente objetivas. Existe, portanto, uma desqualificação de nossa identidade quando esta não está dentro dos parâmetros eurocêntricos. Relatou ter sofrido também um tipo de racismo, pois sua irmã era loira e sempre chamada de linda, enquanto ela, por ter as características herdadas de sua avó negra, sofria discriminação de pessoas que possivelmente não tinham a consciência de estarem promovendo o racismo. Para a professora Janeide, nós sofremos um preconceito racial construído por uma dominação ideológica e cultural instituída a nós como uma verdade. Argumentou também que o medo da não aceitação social leva à negação da identidade real. Essa visão do dominar, de acordo com o posicionamento da pesquisadora, nos tira a terra, os espaços de resistência, os territórios e nega o acesso à compreensão social em que estamos submetidos. Segundo a docente, o processo de aculturação indígena ocorre da mesma maneira perversa como a retirada da população africana de seus territórios para serem inseridos como engrenagem dos processos produtivos. Colocou, com breves recortes, que nesse momento vivemos uma questão legalista muito forte, devido ao fato de possuirmos um projeto de sociedade pautado em interesses econômicos, políticos, culturais, ideológicos e judiciais em atendimento ao projeto imperialista e aos interesses dos grupos dominantes. Nesse sentido, os demais povos são automaticamente excluídos. Numa vertente histórica, segundo a expositora, o decreto da abolição tira a propriedade do senhor dono da senzala, mas sem promover uma reparação histórica e social ao negro. Segundo a profa. Janeide, isso leva as pessoas a culpabilizarem o indivíduo por não buscar seu crescimento, sem considerar os aspectos antes mencionados. Para concluir, falou do espaço e das relações sociais e deixa claro suas construções como advindas da perspectiva do dominador. Para ela, a modificação dessa realidade depende da busca/

luta dos dominados, marcados pela história da exclusão, pela igualdade e reconhecimento de direitos. Destarte, a transversalidade e relevância dos temas deste Colóquio permanecem como atuais e pertinentes aos produtos do MPIES, haja vista sua presença e interlocução nos diversos contextos de investigação, o que requer cuidado e atenção para não minimizar ou silenciar questões importantes como Cultura Identidades e Questões Afro-Brasileiras e Indígenas.

Palavras-chave: Identidade. Ancestralidade. Racismo.

Referências

PEREIRA, I. S. **Identidade de raça-gênero na formação docente:** história de vida de professores nos cenários familiares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Educação – Campus I. Salvador, 2006.

Janara Aparecida Teixeira Batista

O presente resumo é produto do Colóquio: Culturas, Identidades e Questões Afro-brasileira e Indígena", evento esse idealizado pelo MPIES-Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, na Universidade do Estado da Bahia. O evento foi realizado no dia 29/11/2019, no Campus XI, Serrinha – BA. A atividade acadêmica contou com a participação das professoras Dra. Isabelle Sanches Pereira e Dra. Janeide Bispo dos Santos. O Colóquio deu início com a definição da essência do espaço como social, sendo que, o espaço não é apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais de forma que, o conjunto nos dá natureza. Ou seja, espaço é tudo isso mais a sociedade. Cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual, seguindo orientação de Milton Santos, na consagrada obra Espaço & Método. Em seguida foi explanado sobre CEAFRO: Educação para a Igualdade Racial e de Gênero e como enfrentar algumas formas de racismo e sexismo, para promover a igualdade de oportunidades entre negros e não-negros e entre mulheres e homens, por meio de ações de educação, com foco em gênero e raça. Por fim, explanaram sobre as questões indígenas, o "descolonizar" para se afirmar como um povo, sobre o "cuidar" do que foi nos ensinados pelo os nossos antepassados, de maneira que possamos construir uma nova e futura sociedade e a luta pela a terra e pelo território.

Palavras – chave: Colóquio. Espaço. Território.

Referência

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel,1985.

Karine das Neves Paixão Silva

O presente trabalho, resultado do Colóquio: "Culturas, Identidades e Questões Afro-brasileira e Indígena", teve como palestrantes as professores Dra. Isabelle Sanches Pereira e Dra. Janeide Bispo dos Santos. O momento social hoje é de se ter a intolerância religiosa como um dos principais instrumentos para a marginalização do conhecimento, pois a maioria dos embates políticos passa pelo ódio religioso, além de estarmos em um novo processo de colonização, com a destruição da natureza e saque das terras. Nesse sentido, a identidade, a partir do conhecimento e reconhecimento do lugar de fala por parte do sujeito, reflete a possibilidade de influenciar pessoas por meio de um outro conhecimento intelectual. A universidade, enquanto lugar de produção e detenção do saber científico, deve ser aliada nesse processo, não devendo distinguir, hierarquizar, nem subalternizar determinados conhecimentos, a começar por não se trabalhar com literaturas eurocêntricas. Para se iniciar o processo de descolonização eurocêntrica, é necessário fazer o processo de forma diferente, a começar pela escolha de autores (referencial científico) que representem e reafirmem o povo colonizado e não o contrário. Não se pode produzir conteúdo diferente se a forma e/ou modo de fazê-lo é nos moldes eurocêntricos. Não se pode estudar acerca da cultura africana e desconsiderar a cultura afro-brasileira e/ou considerar que o Brasil não se constitui da África também. A cultura africana sempre esteve presente na forma tradicional dos nossos antepassados agirem e talvez isso tenha sido ignorado por se considerar tal prática como um saber e não um conhecimento, ao tempo que se considera saber e conhecimento como coisas distintas, epistemologicamente. Numa perspectiva geográfica, no que tange ao dimensionamento social que a sociedade foi espacializada dentro do sistema capitalista e que dá a condição de classe, percebe-se que as questões afro brasileiras foram geradas pelas múltiplas dimensões do espaço agrário brasileiro e que construíram, de forma contraditória, as identidades. Uma vez que a temática é "culturas, Identidades e Questões Afro-brasileira e Indígena", o ponto de referência para essa análise é o processo de dominação im-

perialista apoiado pelo processo de dominação ideológico cultural, fundamentado nos parâmetros racista, fascista e machista, uma vez que a situação atual é de desconstrução das identidades (afro e indígenas) e de interiorização do sujeito ao longo de todo o processo, referindo-se a negação de tudo que não foi do processo civilizatório e uma super valorização de tudo que é e que representa a cultura europeia. O colonialismo é reproduzido, principalmente no âmbito educacional, no momento em que se desconsidera esse fazer e saber enquanto também um saber científico e utilizamos os mesmos métodos de produção científica. A grande questão não é dar, nem voz, nem autoria, mas sim construir espaços onde as pessoas possam falar e onde o método seja conteúdo, ou seja, onde o fundamento seja o saber.

Palavras-chave: Descolonização eurocêntrica. Culturas. Universidade.

Referências

PEREIRA, I. S. **Identidade de raça-gênero na formação docente: história de vida de professores nos cenários familiares**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Educação – Campus I. Salvador, 2006.

SANTOS, J. B. **A territorialidade dos quilombolas de Irará (BA):** olaria, tapera e crioulo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2009.

Maria Lúcia de Fátima Calabria

Esse resumo é referente ao Colóquio "Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas", apresentado pelas Professoras Doutoras Isabelle Sanches e Janeide Bispo, realizado na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI – Serrinha, organizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). A palestra iniciou tratando do conceito Lugar de Fala, como Lugar Social para se pensar o discurso como voz no sentido de existência, a partir de uma teoria social, crítica no contexto dessa sociedade patriarcalista. Ficou evidenciado nas considerações das expositoras que não pode haver uma fala burlada, caricaturada, através de um discurso hegemônico que não trata ética e politicamente o racismo. No decorrer das narrativas foram citados espaços e lideranças religiosas como o Terreiro de Cobre, um dos mais antigos de Salvador e o Cacique Babau, representante na luta por resistência fundiária dos indígenas de Olivença no sul da Bahia, para exemplificar o quanto um embate político implica em um embate religioso. Foi explicitada a existência de um novo processo de colonização: destruição da natureza, desmarcação das terras indígenas e violência religiosa. Sugeriu-se assistir ao vídeo do Mestre Joelson Ferreira do assentamento Terra Vista, Comunidade Teia dos Povos, que há 20 anos vem vivenciando um projeto de transição agroecológica numa terra de povos nativos praticamente dizimados. A indicação da leitura de clássicos de autoria latino-americana também foi socializada: Djamila Ribeiro, Aníbal Quijano, Maria Lugones, Milton Santos, José de Souza Martins, Kimberlé Crenshaw e na literatura brasileira Conceição Evaristo, no intuito de enriquecer e fundamentar melhor a compreensão teórica da temática do Colóquio. Em determinado momento da fala, quando se colocou "meu olhar de raça, de gênero e classe" pode-se evidenciar que a construção do conteúdo é implícita à mudança de atitude. Destacou-se a natureza pedagógica da formação transversal e um processo de descolonização para se afirmar como povo (PEREIRA, 2006). Do ponto de vista ideológico, foi atrelado o conceito de colonização a um perfil hegemônico de ser/saber/poder, contraposto a um processo de descoloniza-

ção como uma quebra desses conhecimentos elitizados. Processo esse, a partir da valorização dos saberes e tradições populares orais e também encontrados na literatura de fábulas, lendas e mitos do folclore, considerados subalternizados, entretanto, simbólicos para a resistência das minorias. Houve referência ao racismo epistêmico e ao imperialismo relacionados a atitudes racistas, classistas, europeizadas, cristãs, homofobias, machistas e hegemônicas, uma dominação ideológica e cultural. No tocante à questão agrária, foi abordada a questão escravocrata, latifundiária, a sesmaria como interesse dos grupos de elite e a Lei de Terra de 1850, que foi a legalização da apropriação do território brasileiro ao povo europeu, português e o início do sistema de venda da terra. Diante do poder hegemônico e ideológico que resulta no controle da terra, do território e do estado e na construção de arquétipos sociais que não cabem às minorias, a ação de ocupar, resistir e produzir é uma forma de enfrentamento ao desgoverno que desumaniza.

Palavras-chave: Colóquio. Discurso hegemônico. Lideranças religiosas.

Referências

PEREIRA, I. S. **Identidade de raça-gênero na formação docente: história de vida de professores nos cenários familiares**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual da Bahia. Departamento de Educação – Campus I. Salvador, 2006.

Marinalva de Souza Teixeira Silva

O Colóquio "Culturas, identidades e questões afro-brasileira e indígena" foi realizado no 29/11/2019, no Auditório DEDC XI, Serrinha – BA. A explanação iniciou com Profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira e, em seguida, a Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos, ambas fizeram uma breve contextualização sobre as relações étnico-raciais, o que ampliou nossos conhecimentos sobre as formas e as práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas produzidas socialmente. A temática promoveu uma reflexão sobre o pensamento social brasileiro em relação aos negros e indígenas, bem como os elementos essenciais para compreensão da origem e da estruturação das desigualdades sociais, raciais e de gênero entre os grupos étnico-raciais no Brasil. Nesse sentido, conhecer as nossas origens é importante para a ampliação da consciência social. Silva (2010) ressalta que foi através da representação que o ocidente, ao longo da trajetória de sua expansão colonial, construiu um Outro como supostamente irracional, inferior sobre a história e cultura do povo negro e indígenas, que ainda é marginalizado e inferiorizado na nossa sociedade, isso consequentemente se materializou nos nossos currículos, que são as representações que se refletem nos documentos escolares, visto que as representações não são discursos neutros, tendo em vista que há elementos de força simbólica para que certa representação seja construída e legitimada. Assim compreendemos os impactos do colonialismo, da escravidão e das relações étnico-raciais estabelecidas, uma vez que os alunos devem educar-se enquanto cidadãos participativos em uma sociedade multicultural e pluriétnica. Desse modo, é necessário adotarmos uma postura de protagonista no enfrentamento ao racismo e às desigualdades sociais. Entretanto, não se trata de buscar uma perspectiva homogeneizadora, mas uma visão plural, dinâmica e contextualizada da temática, uma vez que todas as pessoas devem ser incluídas para ter garantido o direito de aprender e de desenvolver conhecimentos, sem precisar negar a sua identidade, nem a sua ascendência étnico/racial. É importante destacar que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam

à escola, mas abrangem toda a sociedade, visto que somos um país multiétnico e pluricultural.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Pensamento social. Pluriculturalismo.

Referências

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução ás teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

GENTILE, P. África de todos nós. In: **Revista Nova Escola**, São Paulo, ano XX, ed. 187, novembro, p. 44, 2005.

Mario Antônio Santana de Oliveira

Cultura identidade e questões Afro-brasileiras e indígenas, tema do nosso Colóquio, foi inicialmente apresentado pela Professora Isabelle Santos Pereira, a qual nos lembrou do desafio que é discutir cultura e identidade, mas também nos confortou ao dizer que essa aflição nos faz viver, ao mesmo tempo em que nos coloca na condição de ser coletivo. O tema propôs discutir questões afro-brasileiras e indígenas, entretanto a Professora Isabelle diz não se sentir confortável em tratar de matriz cultural indígena, por não se identificar socialmente enquanto uma mulher indígena. Ao tempo que explica que os povos indígenas têm um conjunto de lutas políticas específica, inclusive do ponto de vista da construção de marco legal, o qual impacta nas discussões, demandando conhecimento aprofundado que a mesma não detém. Ao relatar sua trajetória de vida – desde o convívio com sua mãe e avó, mulheres negras criadas nos princípios do matriarcado – até os dias atuais, integrando o corpo docente da UNEB. Avalia que o título de Doutora para a universidade é como se fosse um atributo a sua pessoa, quando na verdade é fruto de conquistas. Diante deste fato, provocou a discussão acerca da mulher, do negro, da religiosidade, por entender se tratar de sua essência, sua constituição, sua identidade e pertencimento, antecedente ao referido título. Com esse relato fica evidente o quanto é retirada de cena a história de vida de mulheres e homens negros, índias e índios e demais povos, que buscam manter-se na universidade. Seja por falta de política de permanência, por subalternização do conhecimento popular, por negação de sua história nos livros oficiais, enfim, esses povos sentem-se tolhidos de exercer a cidadania em sua plenitude. Diante destes fatos, a Profa. Dra. Isabelle tem formado grupos de escrita, inspirada na sua tese de doutorado "eu sou uma mulher viciada para que outras mulheres escrevam". Assim, vem provocando as alunas a escrever a trajetória de vida de cada uma delas através da construção de histórias legítimas de experiências afetivas, de família, inclusive daquelas geridas por mulheres e não por homens como a sociedade costuma apresentar. Essa atividade chamada "eu, minha mãe e minha vó", buscou provocar não só os alunos, mas as mulheres de terreiro de candom-

blé, o qual participa, para escreverem suas histórias para que sirvam de material de leitura, represente aquelas pessoas, e assim se reconheçam. A apresentação de sua identidade religiosa vem recheada de particularidades e curiosidades, ao trazer Xangô e Oxum como os orixás que a inspira, possibilitando-a conhecimento intelectual suficiente para discutir sobre o candomblé, autorizando-a a dialogar com aqueles que tenham interesse sobre o assunto de forma respeitosa às outras religiões. Para a Profa. Dra. Isabelle Santos Pereira assumir a condição de Doutora Professora Universitária é importante, tem valor simbólico e oficial, mas falar da mulher negra iniciada no candomblé, formada no berço matriarcado, de família humilde, define a pessoa que ela representa. Entende-se assim que essa fala explica o porquê as universidades precisarem discutir as questões étnicas, de gênero, classe e religião, ou seja, dialogar com a diversidade na unidade. Para ela, o conhecimento científico distingue, hierarquiza, subalterniza os saberes e fazeres, fruto de vivências e experimentos socialmente construídos. Nós, enquanto estudiosos não podemos aceitar o conhecimento produzido cientificamente como sendo verdade absoluta, tampouco, codificar, normatizar, convencionar e universalizar como comportamento padrão. Ampliar nossas leituras para além dos clássicos eurocêntricos são práticas necessárias à construção do conhecimento de indivíduos atentos às transformações ocorridas na humanidade. A herança do olhar sobre o conhecimento hierarquizado, completo, europeizado é desvelada quando os povos tradicionais percebem o quanto foram reprimidos, ocultados e negados. Outras contribuições foram surgindo com o envolvimento dos participantes do evento, quando foi resgatada a lembrança de Marinalva, estudante do MPIES, quanto à sua identidade e diz ter sido formada com base nos conhecimentos eurocêntricos e não se percebia filha da reforma agrária. No entanto, a partir desse momento se identifica enquanto assentada de área da reforma agrária e filha de camponeses, que teve a "oportunidade" de cursar o nível superior na UNEB. A Profa. Dra. Janeide, também, dispensa a apresentação formal do currículo, títulos e produções, mas entende que é importante demarcar espaços político sociais dentro e fora da academia, por entender que os lugares são reconhecidos e respeitados também dessa forma. Ao se apresentar a

professora se identifica enquanto mulher camponesa que ocupa esse lugar de múltiplas dimensões que é o espaço agrário brasileiro. Esse espaço, por vez, agrega de forma contraditória as diversas identidades, principalmente a indígena e afro-brasileira, numa condição de subalternidade e inferioridade. Essa estratificação implica em assumir lugar e status específicos na "sociedade agrária", por assim dizer, e consequentemente, mais ou menos poder de barganha, nas três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Estratificados por critério econômico e político, os agricultores são classificados enquanto: Agricultor familiar, pequeno, médio e grande; já a agroindústria na condição de empresa agrícola. Quando tomada a terra como eixo das discussões sobre território, acirra-se ainda mais os conflitos sociais, políticos e econômicos, instituindo verdadeiro "cabo de guerra". Pois, a terra ao ser classificada como mercadoria é especulada e precificada no mercado imobiliário e dessa maneira deixa de exercer a sua função social a qual se destina: produção, reprodução e manutenção dos seres vivos, da atual e futuras gerações. Outros dados apresentados é o número de pessoas beneficiadas, pois observamos que são os pequenos e médios agricultores quem mais agregam pessoas na mão-de-obra assalariada no campo. No grupo de agricultores familiares e de pequenos agricultores, assim chamados, encontramos os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, todos públicos da Reforma Agrária. Vale salientar que são esses atores os responsáveis pela produção da maioria dos alimentos presentes em nossas mesas, enquanto que o agronegócio produz ***commodity***. Em sua fala a Profa. Dra. Janeide apresenta o processo de dominação imperialista, biológica, cultural, fundamentado a partir de comportamentos classistas, machistas, fascistas, que criam relações de identidades subjetivas e objetivas. Esse comportamento tem levado alguns indivíduos a negar ou afirmar sua identidade, como forma de defesa ou de resistência a pressões de grupos hegemônicos. Dessa forma, garantem a soberania e sustentabilidade do sistema produtivo, com práticas e manejo do solo e das águas, respeitando e preservando a ecologia do lugar. Como exemplo foi citado a Teia dos Povos, que propõe o resgate da liberdade do pensamento humano e compreende o indivíduo enquanto sujeito construtor da história da humanidade. Historicamente a

propriedade rural no Brasil esteve concentrada nas mãos de latifundiários, índios e negros não foram contemplados. Os índios, expropriados de seus territórios e envolvidos em processo "civilizatório", já os negros após a escravidão, de posse de um único título que para nada serviu, o de ex-escravos, foram buscar abrigo nas áreas de menor interesse especulativo. Em acréscimo, o mapa apresentado que define a espacialização da concentração das terras nas mãos de poucos é o mesmo mapa da espacialização que reflete a concentração da fome, da pobreza e da miséria. Percebe-se assim que a discriminação racial é velada e se apresenta de diversas formas na sociedade, seja na abordagem diferenciada, no olhar segregador, na estética visual pré-concebida, na subalternização do conhecimento. Essas são algumas das manifestações que negamos, entretanto reafirmamos em nossas práticas, e com o intuito de coibir essas práticas, foi promulgada a Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989 (BRASIL, 1989). Racismo ambiental, institucional, econômico e estrutural são algumas das versões genéricas assumidas pelos racistas, para eximirem-se da assunção e responsabilidade referente a discriminação racial. Indígenas, quilombolas, povos de terreiro, sem terra, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, sem teto, atingidos por barragem, entre outros povos excluídos desse processo desenvolvimentista e social vigente – presentes na geografia humana – estão se reinventando, resistindo e construindo alternativas de luta para continuar existindo. Contudo, a identidade desses povos representa a resistência ao projeto neoliberal que vem sendo implementado desde os anos 90 no Brasil. Uma mostra dessa resistência é evidenciada nos conflitos presentes nos territórios, materializada na cultura, tradição, produção, consumo, preservada e inovada por esses povos "tradicionais", fazendo com que sejamos diferentes e únicos, ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Ancestralidade feminina. Culturas. Territorialidade.

Referências

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, v. 1, p. 369, 6 jan. 1989.

Sebastiana Maria Ribeiro da Silva

No Colóquio "Culturas, identidades e questões afro-brasileira e indígena", realizado no 29/11/2019, no Auditório DEDC XI, Serrinha – BA, evento do Mestrado MPIES, contou-se com a participação da Profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira e da Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos, ambas fizeram uma breve contextualização sobre as relações étnico-raciais, o que ampliou conhecimentos dos mestrandos sobre as formas e as práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas produzidas principalmente na sociedade brasileira. Para fazer uma contextualização mais geral, reporto-me à canção "O estrangeiro", de 1989, onde Caetano Veloso diz: "riscar os índios, nada esperar dos pretos", numa crítica à postura sectária que sempre permeou a história do Brasil. E não estamos tão distantes, hodiernamente, do verso de Caetano, haja vista uma fala do presidente da República, Jair Bolsonaro, num vídeo divulgado nas redes sociais: "índio está evoluindo" e "cada vez mais é um ser humano igual a nós". Discursos como os supramencionados atestam para a deficiência acerca do respeito às múltiplas identidades étnicas que estão no cerne da nossa formação enquanto povo, conforme testificou Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil", originalmente publicado em 1936, passando por diversas edições ao longo do século XX. Tomando como mote as discussões postuladas em "Raízes do Brasil", pode-se adentrar à condição de ser negro e índio num país minado por desigualdades, que silencia direitos e sentencia os indivíduos à miséria quase que total. Diante disso, como repensar o lugar de fala desses cidadãos? Seguindo o percurso teórico de Stuart Hall (2002), identidades correspondentes a um determinado mundo social estão em declínio, visto que a sociedade não pode mais ser vista como determinada, mas em contínua mutação e movimento, fazendo com que novas identidades surjam continuamente, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno. Logo, petrificar a existência humana em meia dúzia de definições reducionistas, ceifa as inúmeras possibilidades de cada ser se enxergar tal e qual Prometeu, o deus grego, que se transformava constantemente. Assim, a construção identitária é polimorfa, ambivalente e movediça.

Palavras-chave: Cultura. Identidade. Etnia.

Referências

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Valéria Antunes Dias

No dia 29/11/2019, no Auditório DEDC XI, realizou-se o Colóquio "Culturas, identidades e questões afro-brasileira e indígena". Inicialmente conduzido pela Profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira e posteriormente pela Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos. As docentes explanaram sobre a história do negro e do índio no Brasil e como estes vêm buscando uma vida digna em meio às poucas oportunidades e o preconceito da sociedade. Destacou-se a necessidade de desconstruir ideologias e mentalidades discriminatórias e preconceituosas que permeiam a sociedade contemporânea. Assim, o objetivo do Colóquio foi promover reflexões sobre a realidade vivenciada pela população negra e indígena, revendo os séculos de preconceitos desumanos e discriminação a que foram submetidos. Nesse sentido, Chartier (1990) esclarece que as representações não são discursos neutros e produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma referência, e até mesmo legitimar escolhas. Por isso é importante desenvolver o pensamento crítico e a compreensão sobre as profundas relações existentes das culturas brasileiras, compreendendo os impactos do colonialismo nos povos negros e indígenas e as representações de poder que tendem a manipular e legitimar os interesses da classe dominadora. É importante frisar que esses conflitos e tensões discursivas em torno da construção de representações de cada grupo étnico refletem na organização didático-pedagógica da escola. Desse modo, muitas reflexões ainda hão de vir para buscar vias adequadas para a consolidação da valorização cultural da nação por intermédio da história e desconstruir discursos discriminatórios, contribuindo para a superação e promoção da igualdade étnico-racial. Sabe-se, entretanto, que na sociedade brasileira ainda é muito complicado abordar os temas como racismo, preconceito e discriminação racial, uma vez que é muito difícil alguém se assumir como racista. Entretanto, precisamos trazer essas discussões, visando combater efetivamente os atos discriminatórios rumo à compreensão de que todos nós pertencemos a uma sociedade construída pela diversidade. Assim, uma mudança nos discursos permite novo significado à diversidade e

aos elementos da cultura, raça, etnia, sexo, gênero, que compõem o nosso país na contemporaneidade.

Palavras-chave: Colóquio MPIES. Culturas. Igualdade étnico-racial.

Referências

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, jan./abr. 1991.

CORREA, S. M. de S. O negro e a historiografia brasileira. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.

Índice Remissivo

A

apartheid 24, 31
autoridade 38, 49, 56, 59, 62, 66, 68, 70, 72, 77, 99

C

cidadania 20, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 32, 93
conhecimento 5, 19, 20, 22, 31, 32, 56, 70, 74, 75, 83, 87, 93, 94, 96
contexto 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 26, 30, 32, 35, 36, 38, 46, 47, 51, 54, 55, 56, 59, 62, 63, 64, 66, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 89
continente 42

D

descolonização 80, 87, 89

E

educação 5, 7, 8, 9, 12, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 49, 54, 57, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 86
escola 15, 16, 32, 56, 58, 60, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 77, 92, 99
espaços 36, 57, 60, 65, 70, 74, 80, 81, 84, 88, 89, 94

G

genocídio 80

H

hibridismo 45

I

identidade 32, 39, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 66, 82, 83, 84, 87, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98
Interdisciplinar 11, 14, 16, 18, 20, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 38, 40, 41, 44, 46, 47, 48, 51, 59, 60, 70, 71

M

MPIES 5, 11, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 29, 31, 32, 35, 38, 44, 46, 47, 49, 51, 52, 55, 59, 62, 68, 70, 71, 74, 76, 79, 82, 85, 86, 89, 94, 97, 100
mulheres 6, 11, 13, 14, 17, 18, 23, 25, 33, 56, 57, 60, 64, 65, 66, 70, 73, 74, 76, 82, 86, 93

N

negritude 20
negros 11, 14, 18, 79, 80, 86, 91, 93, 96, 99

P

participante 22
pesquisador 14, 38, 39

R

reducionistas 97
representações 18, 76, 91, 99

S

saberes 51, 62, 63, 71, 74, 80, 90, 94
sujeitos 6, 11, 12, 16, 24, 29, 31, 35, 36, 44, 56, 57, 63, 64, 68, 70, 72, 80

T

território 35, 36, 37, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 80, 83, 86, 90, 95
Terrorismo 4, 5, 7, 8, 9, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

V

violência 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 30, 31, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 44, 47, 49, 50, 52, 57, 65, 69, 79, 89
Vulnerabilidade 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 53

Organizadores:

César Costa Vitorino

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1990), especialização em Planejamento e Prática de Ensino pela FEBA (1992), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1999) e doutorado em Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (Conceito CAPES 6) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Professor Permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB/Campus XI). Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB), membro do Grupo de Pesquisa descritivo NGEAALC/ UNEB. Atualmente é Professor Doutor II da Fundação Visconde de Cairu (FVC), Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia e Coordenador Geral do curso de Pedagogia (PARFOR) da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, educação, cultura africana banto, educação infantil, literatura e escrita, psicolinguística da leitura, Teoria dos Espaços Mentais (TEM), Ensino de Língua Portuguesa em escolas quilombolas.

Marcia Torres Neri Soares

Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs) em 1994; mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2010 e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no ano de 2015. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus XI - Serrinha e Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES/UNEB. Participa do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/ UNEB - Campus XI. Coordenadora do Centro Interprofissional de Apoio Educacional Professora Marliete Santana Bastos (INTEREDUC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Inclusiva, Deficiência, Currículo e Inclusão de Pessoas com Deficiência, Formação de Professores e Políticas Públicas em Educação Especial

Autores:

Ana Paula Araújo Lopes

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Departamento de Educação/Campus XI - Serrinha-BA. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação/ LEPEGE UNEB/Campus XI. Especialista em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), em 2019. Especialista em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2016. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI, em 2014. Atualmente exercendo a função de Assessora no Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR), um Fundo Rotativo de crédito rural, com atuação no Estado da Bahia, nos Territórios: do Sisal; Bacia do Jacuípe; Litoral; Irecê; Baixo Sul; Piemonte; Paraguaçu, etc. e no Estado de Sergipe na cidade de Poco Verde.

Izabel Cristina Lima Dias Alves

Aluna do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES/ UNEB. Participa do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/UNEB - Campus XI. Possui graduação em Letras Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2000) e graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis (1994). Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia - Campus XXI - Ipiaú. Professora aposentada da Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência na área de ensino com ênfase em Linguística, Letras e Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, aprendizagem, inclusão, comunicação e integração

Janara Aparecida Teixeira Batista

Mestranda em Intervenção Educativa e Social (MPIES - UNEB - DEDC - Campus XI - Serrinha); Pós Graduada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Estácio); Bacharel em Psicologia pela Faculdade Juvêncio Terra (FJT); Atua como psicóloga clínica do Centro de Atenção Psicossocial III - Emília Pereira Valverde. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em transtornos mentais graves, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde mental, atenção psicossocial, educação, intervenção social. Pesquisadora do grupo: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS.

Karine das Neves Paixão Silva

Graduada em Administração com ênfase em Recursos Humanos pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2007) e graduação em Sociologia pela Faculdade de Ciências da Bahia (2013). Especialista em Controladoria e Finanças pela FTC (2009), Especialista em Educação à Distancia pela UNEB (2013) e Especialista em Pedagogia Empresarial pela ESAB (2015). Mestranda do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela UNEB (2020). Membro do grupo de pesquisa EPODS (Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social). Atuou como docente no SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, ministrando disciplinas da área de Gestão da Produção e Logística, disciplinas de gestão do curso Técnico em Qualidade e docente da disciplina Inovação e Empreendedorismo.

Lousana de Jesus Santana

Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pelo Departamento de Educação do Campus XV da Universidade do Estado da Bahia. Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) Linha 2: Novas formas de subjetivação e organização comunitária, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC) do Campus XI - Serrinha-Ba

Maria Lúcia de Fátima Calabria

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco (1981), com formação, bacharelado e licenciatura. É especialista em Educação de Jovens e Adultos, na temática globalização e multiculturalismo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social-MPIES, pela Uneb - Campus XI - Serrinha. De 1981 a 2017, lecionou na rede pública de educação básica de Pernambuco (hoje aposentada) e continua na ativa na Rede Municipal de Ensino do Recife. Paralelamente, participou e desenvolveu programas e projetos socioeducativos e político-culturais, tais como PRODASEC e Mais Educação. Como educadora popular, atuou e coordenou, no Poder Executivo Estadual, o Projeto Escola Comunitária, e, no TJPE, o Projeto Criança Cidadã, em comunidades da região metropolitana do Recife. Atualmente, encontra - se na Secretaria de Educação do Município de Petrolina, atuando em Projetos de leitura da Escola Municipal Anézio. Pesquisadora do grupo: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – EPODS.

Marinalva de Souza Teixeira Silva

Mestranda pela UNEB/DEDC XII - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - Membro do Grupo EPODS Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, vincula a Linha 2 - Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária, em PEDAGOGIA pela Universidade do Estado da Bahia (1996), com Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1999). Graduada em Psicologia Com Especialização em Psicanálise Clínica

Mario Antônio Santana de Oliveira

Mestrado Profissional em Intervenção Educativa Social (MPIES) pela Universidade do Estado da Bahia (2019), em andamento, Graduação em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal da Bahia (1997). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, na linha de Pesquisa Novos Contextos de Aprendizagem. Participou do Conselho Fiscal, na FEAB Nacional (1995/1996), foi coordenador de Comunicação na EMBRAPA (1997) e participou como estagiário na linha de pesquisa da Biologia Molecular. Tem experiência na área de agroecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: economia solidária, sustentabilidade, cooperativismo e associativismo.

Sebastiana Maria Ribeiro da Silva

Mestranda em Intervenção Educativa e Social (MPIES) - UNEB/2019. Graduada no Curso Normal Superior pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) com Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM). Pertence ao Grupo de Pesquisa GEPERCS. Professora da Educação Básica na rede municipal de Serrinha/BA e Auxiliar Administrativo com a função de Técnica em Farmácia no Hospital Municipal de Serrinha/(SESAB). E-mail: sebastiana_100@hotmail.com

Valéria Antunes Dias

Mestranda pela UNEB/DEDC XI - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1997) e em Licenciatura em Matemática - Faculdades de Tecnologia e Ciências (2008). Especialista em Psicopedagogia, em Metodologia do Ensino Fundamental, Supervisão Escolar, Tecnologias em Educação e cursando Educação a Distância e Mídias em Educação. Atuou como Professora regente na Educação Básica, como Vice Diretora, como Multiplicadora Docente - Núcleo de Tecnologia Educacional/NTE-12, possui experiência na área de Educação, com ênfase em Tecnologia, atualmente atua como Coordenadora Pedagógica na Rede Estadual de Ensino da Bahia

Coletânea de Resumos

O encontro de diferentes autores e olhares singulariza a obra ora apresentada. No modo particular de falar sobre eventos realizados no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), os autores, mestrandos do referido programa de pós-graduação, oportunizam o contato com um produto, agora compartilhado com os leitores. A linguagem acadêmica é, então, circundada pelo modo particular de cada autor enxergar as principais contribuições acerca de temas atuais como Vulnerabilidade social e inclusão na contemporaneidade; Terrorismo: os desafios para o desenvolvimento do mundo moderno face a paz; Trabalho, educação e Gênero no contexto contemporâneo e Culturas, identidades e questões afro-brasileiras e indígenas, definidos como eixos norteadores da obra. Ao compartilhar os Resumos, a obra se insere como uma possibilidade concreta de socialização dos trabalhos desenvolvidos aos interessados na área interdisciplinar, em especial da intervenção educativa e social. O entrelace de perspectivas teóricas e metodológicas, acredita-se, pode proporcionar o enriquecimento de atividades desta natureza por permitir o contato com diferentes modos de olhar para um mesmo evento, além de valorizar a ênfase às publicações, consubstanciando-se como uma oportunidade ímpar. Dessa forma, sua singularidade também reside no esforço coletivo para validação dos trabalhos individuais sob forma do produto aqui apresentado. Fica, então, o convite à leitura e à composição de novos olhares, conforme interesse e saberes dos leitores desta Coletânea.

BRAZIL PUBLISHING